

II SÉRIE



DIÁRIO DA REPÚBLICA

Quarta-feira, 24 de Outubro de 2007

Número 205

ÍNDICE

PARTE J

2.º SUPLEMENTO

Fidis Retail — Instituição Financeira de Crédito, S. A.

Relatório n.º 13-E/2007:

Relatório e contas individuais de 2003 30 824-(6)

Nexpart, SGPS, S. A.

Relatório n.º 13-F/2007:

Relatório e contas de 2004 30 824-(27)

NORGRUPO — Sociedade Administradora de Compras em Grupo, S. A.

Relatório n.º 13-G/2007:

Relatório e contas de 2003 30 824-(37)

TURISSERRA — Sociedade para o Empreendimento Turístico da Serra das Meadas, S. A. R. L.

Relatório n.º 13-H/2007:

Relatório e contas de 2004 30 824-(43)



PARTE J

FIDIS RETAIL — INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, S. A.

Relatório n.º 13-E/2007

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (2.ª Secção). Matrícula n.º 2589/911031; identificação de pessoa colectiva n.º 502673478; número e data da inscrição n.º 38/8 de Julho de 2004.

Maria do Carmo Ferraz Jardim de Azevedo Fontes, escriturária superior da Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (2.ª Secção):

Certifica, que as cópias em anexo são a reprodução integral dos documentos arquivados na pasta respectiva, referentes à prestação de contas individuais e contas consolidadas, da sociedade em epígrafe do ano de 2003.

Está conforme o original.

Lisboa, 28 de Outubro de 2004. — A Escriturária Superior, *Maria do Carmo Ferraz Jardim de Azevedo Fontes*.

Relatório e contas individuais de 2003

Relatório de gestão do conselho de administração

Enquadramento económico

Durante o ano de 2003 a conjuntura económica internacional reflectiu uma expectativa de grande incerteza e retracção no crescimento, facto que afectou as economias dos países com elevado envolvimento externo como a portuguesa.

No que concerne a Portugal o ano de 2003 caracteriza-se por uma acentuada quebra da actividade económica. O investimento verificou uma evolução negativa. O consumo privado também diminuiu em contraponto com o aumento da taxa de desemprego. No entanto nos últimos meses do ano verificaram-se alguns sinais de uma ligeira recuperação.

No sector automóvel, as vendas de veículos ligeiros de passageiros reduziram-se em 16% contra uma redução de 11,4%, em 2002.

No que refere a material de transporte ligado ao investimento verificou-se uma redução nas vendas de comerciais ligeiros que decresceram 12,9%, enquanto as vendas de veículos comerciais pesados registaram uma quebra anual de 21%.

A nível da inflação, a variação homóloga do índice de preços no consumidor no ano de 2003 atingiu os 3,3%.

Evolução da sociedade

O contexto económico e financeiro, desfavorável, a degradação dos indicadores das expectativas dos consumidores e agentes económicos, acentuada com o nível já elevado de endividamento das famílias portuguesas, reflectiram-se negativamente na actividade da sociedade, que registou um decréscimo de cerca 15% no número de contratos activos e no valor do seu *outstanding*.

Apesar desta quebra e da compressão das margens financeiras, o esforço de contenção do lado dos custos operativos e o aumento dos proveitos relacionados com a venda de serviços, permitiram ainda assim obter resultados em linha com os objectivos definidos para o exercício.

Previsões e objectivos para 2004

Para 2004 e perante as dificuldades de mercado que se prevê se mantenham e sejam até acentuadas neste exercício, a sociedade, paralelamente ao incremento que pretende dar à relação privilegiada já existente com a rede de concessionários do Grupo Fiat, pretende em definitivo, desenvolver a actividade *non captive*, conquistando mercados alternativos, e viabilizando assim a obtenção dos objectivos de produção e resultados.

Organizativamente, e na sequência da publicação de legislação que permite a criação de instituições financeiras de âmbito mais abrangente, a sociedade dará sequência a um processo que permitirá a sua transformação em IFIC (instituição financeira de crédito), o que lhe permitirá um maior desenvolvimento da sua área de negócios e a rentabilização dos meios disponíveis. Neste contexto e ainda na sequência da actualização da certificação para a Norma ISO 9001, a sociedade dará sequência aos reajustamentos necessários, tendo em vista a redução de custos supérfluos, a formação dos colaboradores, e o processo de melhoria contínua.

Continuação da actividade de recuperação extrajudicial dos créditos, através de recurso a empresas especializadas, que permita manter e melhorar os bons resultados conseguidos em anos anteriores.

Proposta de resultados

O resultado líquido gerado na actividade do exercício de 6 487 423,63 euros, após a aplicação em reserva legal, no caso 648 742,36 euros, propõe-se seja levado a reservas livres.

O resultado tributável a considerar é de 3 533 433,90 euros.

Lisboa, 25 de Fevereiro de 2004. — O Conselho de Administração: *(Assinaturas ilegíveis.)*

Balanço em 31 de Dezembro de 2003

ACTIVO

(Em euros)

Código das contas		Ano			Ano anterior
		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	
10+11	1 — Caixa e disponibilidades em bancos centrais	74	—	74	813
12+13	2 — Disponib. à vista sobre instit. de crédito	241 592	—	241 592	111 030
20	3 — Outros créditos sobre instituições de crédito	—	—	—	—
22+28+29	4 — Créditos sobre clientes	146 173 606	3 762 872	142 410 734	163 605 183
40+49	8 — Partes de capital em empresas coligadas	3 750 000	—	3 750 000	3 750 000
41	9 — Imobilizações incorpóreas	155 684	155 684	—	—
42	10 — Imobilizações corpóreas	1 082	1 082	—	—
	(Dos quais: imóveis)	—	—	—	—
27	13 — Outros activos	357 011	—	357 011	1 201 194
51+55+58	15 — Contas de regularização	1 247 188	—	1 247 188	1 452 456
69	16 — Prejuízo do exercício	—	—	—	—
<i>Total do activo</i>		151 926 237	3 919 638	148 006 599	170 120 676

PASSIVO

(Em euros)

Código das contas		Ano	Ano anterior
30	1 — Débitos para com instituições de crédito:		
	a) À vista	172 717	164 321
	b) A prazo ou com pré-aviso	83 370 289	115 031 297
36+39	4 — Outros passivos	9 489 776	6 019 663
52+54+58	5 — Contas de regularização	3 550 718	4 186 839
	6 — Provisões para riscos e encargos	2 566 792	2 349 673
	a) Provisões para pensões e encargos similares	—	—
610+611	b) Outras provisões	2 566 792	2 349 673
60	8 — Passivos subordinados	—	—
62	9 — Capital subscrito	7 800 000	7 800 000
630+631	11 — Reservas	34 568 883	27 283 506
66	13 — Resultados transitados	—	—
69	14 — Lucro do exercício	6 487 424	7 285 377
Total do passivo		148 006 599	170 120 676

O Administrador-Delegado: *Vitantonio Addabbo*. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível.*)

Demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 2003

DÉBITO

Código das contas		Ano	Ano anterior
A) Custos			
70	1 — Juros e custos equiparados	4 529 111	6 291 961
71	2 — Comissões	128 425	125 413
72	3 — Prejuízos em operações financeiras	—	—
73+74	4 — Gastos gerais administrativos	3 959 823	4 739 478
74	b) Outros gastos administrativos	3 959 823	4 739 478
78	5 — Amortizações do exercício	—	—
77	6 — Outros custos de exploração	423 144	850 293
79	7 — Provisões para crédito vencido e para outros riscos	3 960 887	2 553 828
	10 — Resultado da actividade corrente	(10 031 725)	(10 901 709)
671	11 — Perdas extraordinárias	148 190	10 746
68	13 — Impostos sobre lucros	3 533 434	3 577 304
76	14 — Outros impostos	16 365	42 368
69	15 — Lucro do exercício	6 487 424	7 285 377
Total		23 186 803	25 476 768

CRÉDITO

Código das contas		Ano	Ano anterior
B) Proveitos			
80	1 — Juros e proveitos equiparados	18 281 931	21 524 086
82	3 — Comissões	—	1 269
83	4 — Lucros em operações financeiras	—	—
84	5 — Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a créditos e provisões para passivos eventuais e para compromissos	1 690 547	1 376 149
89	7 — Outros proveitos de exploração	3 060 637	2 562 447
672	9 — Ganhos extraordinários	153 688	12 817
Total		23 186 803	25 476 768

O Administrador-Delegado: *Vitantonio Addabbo*. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível.*)

**Demonstrações de origem e aplicação de fundos
para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2003 e 2002**

ORIGEM DE FUNDOS

	(Em euros)	
	2003	2002
Gerados pelas operações:		
Resultado líquido do exercício	6 487 424	7 285 377
Custos que não representam desembolsos de fundos:		
Dotações para provisões, liquidas de reposições	2 270 340	1 177 680
	<u>8 757 764</u>	<u>8 463 057</u>
Diminuições de activos:		
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	739	—
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	—	151 706
Créditos sobre clientes, líquido de anulações	19 141 228	5 269 621
Outros activos	844 183	—
Contas de regularização	205 268	522 313
	<u>20 191 418</u>	<u>5 943 640</u>
Aumentos de passivos:		
Outros passivos	3 470 113	2 063 897
	<u>32 419 295</u>	<u>16 470 594</u>
Aplicação de fundos:		
Aumentos de activos:		
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	—	803
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	130 562	—
Outros activos	—	1 091 639
	<u>130 562</u>	<u>1 092 442</u>
Diminuições de passivos:		
Débitos para com instituições de crédito	31 652 611	15 327 012
Contas de regularização	636 122	51 140
	<u>32 288 733</u>	<u>15 378 152</u>
	<u>32 419 295</u>	<u>16 470 594</u>

O Administrador-Delegado: *Vitantonio Addabbo*. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*.)

**Anexo às demonstrações financeiras
em 31 de Dezembro de 2003**

(Montantes expressos em euros)

Nota introdutória:

A Fiat Crédito Portugal, S. A. (adiante designada por sociedade ou Fiat Crédito), foi constituída em 31 de Outubro de 1991. A sociedade tem por objecto a actividade de financiamento da aquisição a crédito de bens ou serviços, sendo a sua sede na Rua Tomás Ribeiro, 71, em Lisboa e dispondo de uma delegação na cidade do Porto.

A sociedade realiza operações de crédito relativas a viaturas, novas e usadas, comercializadas em Portugal pelo Grupo Fiat. Em Abril de 2001, a Fiat Crédito introduziu o Programa Finplus que consiste na concessão de crédito canalizado através de agentes e comerciantes que não pertencem à rede do Grupo Fiat, passando desta forma a conceder crédito numa óptica multimarca.

Conforme indicado na nota n.º 51, a Fiat Crédito é detida integralmente pela Fidis Retail Itália, SpA, uma empresa participada pelo Grupo Fiat. Consequentemente, as operações e transacções da sociedade são influenciadas pelas decisões do Grupo a que pertence. Os principais saldos e transacções mantidos com empresas do Grupo Fiat encontram-se detalhados na Nota 47.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas para o Sistema Bancário. As notas cuja numeração é omitida neste anexo não são aplicáveis à sociedade ou a sua apre-

sentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

3 — Bases de apresentação e principais políticas contabilísticas:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da sociedade, mantidos de acordo com o Plano de Contas para o Sistema Bancário, estabelecido pelo Banco de Portugal na sequência da competência que lhe foi atribuída pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro, e demais instruções aplicáveis emitidas pelo Banco de Portugal.

Estas demonstrações financeiras reflectem apenas as contas individuais da Fiat Crédito, preparadas nos termos legais para aprovação em assembleia geral.

Estas demonstrações financeiras não incluem o efeito da consolidação integral dos seus investimentos financeiros ao nível de activos, passivos, proveitos e custos, as quais reflectem, relativamente às contas individuais, as seguintes diferenças positivas:

	2003	2002
Activo líquido	6 550 862	6 416 884
Total do passivo	5 694 812	5 611 787
Proveitos totais	1 460 679	1 091 407
Custos totais	1 409 726	1 002 996

Na nota n.º 6 é apresentada informação financeira relativa às empresas do grupo.

As demonstrações financeiras da Fiat Crédito em 31 de Dezembro de 2003 encontram-se pendentes de aprovação pela assembleia geral. No entanto, o conselho de administração da sociedade entende que as referidas demonstrações financeiras venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

a) *Especialização de exercícios:*

Registo de juros:

Os proveitos e custos relativos a juros gerados por operações activas e passivas são reconhecidos de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, sendo registados na demonstração dos resultados do exercício em que se vencem, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos. Porém, quando uma operação activa se encontra vencida há mais de 90 dias, a sociedade suspende o reconhecimento dos respectivos juros, que apenas são registados como proveitos no momento em que são cobrados.

Outros proveitos e custos:

Os outros proveitos e custos são reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício em que se vencem, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

b) *Partes de capital em empresas coligadas.* — As partes de capital em empresas coligadas são registadas ao custo de aquisição. Sempre que se estimem perdas permanentes no seu valor de realização são constituídas as respectivas provisões.

c) *Provisões para riscos específicos de crédito, para riscos gerais de crédito e fundo para riscos bancários gerais.* — Estas provisões são constituídas de acordo com o aviso n.º 3/95, do Banco de Portugal, de 30 de Junho, levando em consideração as alterações constantes no aviso n.º 8/2003, de 30 de Janeiro e demais instruções e normas aplicáveis, emitidas pelo Banco de Portugal.

Provisão para crédito e juros vencidos:

Destina-se a fazer face aos riscos de cobrança do capital, juros e outros valores vencidos e não cobrados. O seu montante é apurado através da aplicação de percentagens mínimas de provisão, segundo a antiguidade dos saldos vencidos e não cobrados e a existência ou não de garantias. São excluídos da base de cálculo desta provisão os créditos concedidos ao sector público administrativo.

Provisão para créditos de cobrança duvidosa:

Destina-se a fazer face aos riscos de cobrança do capital vincendo relativo a contratos que apresentem prestações em mora, e que se encontrem em uma das seguintes condições:

- i) Excederem 25% do capital em dívida acrescido dos juros vencidos;
- ii) Estarem em incumprimento há mais de: (i) seis meses nas operações com prazo inferior a cinco anos; (ii) 12 meses nas operações com prazo igual ou superior a cinco e inferior a dez anos; e (iii) 24 meses nas operações com prazo igual ou superior a dez anos.

O capital vincendo destes contratos é então provisionado com base nas mesmas percentagens aplicáveis ao crédito vencido.

São ainda considerados créditos de cobrança duvidosa, os créditos vincendo sobre um mesmo cliente, se o crédito e juros vencidos de todas as operações, relativas a esse cliente excederem 25% do crédito total, acrescido dos juros vencidos. Nesta circunstância, os créditos de cobrança duvidosa são provisionados com base em metade da percentagem aplicável aos créditos vencidos.

Provisões para riscos e encargos — riscos gerais de crédito:

Trata-se de uma provisão de natureza geral destinada a fazer face aos riscos associados à realização da carteira de crédito concedido, não identificados especificamente.

Esta provisão é determinada pela aplicação de uma percentagem de 1% sobre a totalidade do crédito concedido (no que se refere aos contratos celebrados com particulares a percentagem correspondente é de 1,5%, nos termos do aviso n.º 2/99, de 15 de Janeiro, do Banco de Portugal), excluindo o que tenha sido objecto de constituição de

provisões para crédito e juros vencidos e créditos de cobrança duvidosa, bem como o que tenha sido concedido a entidades do sector público administrativo.

A partir de 2003, as dotações do exercício, líquidas de reposições e anulações, deixaram de ser fiscalmente aceites como custo.

Provisões para riscos e encargos — Fundo para riscos bancários gerais:

Esta provisão encontra-se registada no passivo e destina-se a fazer face a eventuais perdas resultantes da actividade da Fiat Crédito, nomeadamente ao risco de realização da carteira de crédito concedido.

d) *Imobilizações.* — As imobilizações incorpóreas, que correspondem a despesas de constituição da sociedade, encontram-se registadas ao custo e são amortizadas pelo método das quotas constantes durante um período de três anos.

As imobilizações corpóreas, que correspondem a instalações interiores, encontram-se registadas ao custo, líquido das amortizações acumuladas, as quais foram calculadas segundo o método das quotas constantes, de acordo com as taxas fiscalmente aceites como custo, as quais correspondem a um período de vida útil de quatro anos.

Em 31 de Dezembro de 2003, as imobilizações incorpóreas e corpóreas encontram-se totalmente amortizadas.

6 — Partes de empresas coligadas:

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, esta rubrica reflecte o custo de aquisição da participação de 100% no capital da Fiat Leasing Portugal — Sociedade de Locação Financeira Mobiliária, S. A., a qual nas mesmas datas apresentava os seguintes dados financeiros:

	2003	2002
Activo	10 304 287	10 168 142
Situação líquida	4 606 050	4 555 097
Resultado líquido	50 953	88 411
Proveitos	1 460 679	1 091 407

11 — Movimento no activo imobilizado e nas amortizações acumuladas:

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, as imobilizações incorpóreas e corpóreas encontravam-se totalmente amortizadas.

14 — Créditos sobre clientes:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2003	2002
Crédito vincendo:		
Viaturas novas	103 724 184	127 733 871
Viaturas usadas	24 396 397	22 713 892
Programa Finplus	12 369 666	11 243 414
	140 490 247	161 691 177
Crédito e juros vencidos	5 683 359	7 533 226
	146 173 606	169 224 403
Provisões para cré. e juros vencidos e para — créditos de cobrança duvidosa (nota n.º 24)	(3 762 872)	(5 619 220)
	142 410 734	163 605 183

Para fazer face a problemas de realização da carteira de crédito concedido, a Fiat Crédito dispõe ainda de uma provisão para riscos gerais de crédito registada no âmbito das provisões para riscos e encargos do passivo que, em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, ascendia a 2 031 792 euros e 2 349 673 euros, respectivamente (nota n.º 24). Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2003, a Fiat Crédito registou uma provisão de 535 000 euros no âmbito do Fundo para riscos bancários gerais para fazer face a eventuais perdas resultantes da actividade da sociedade, nomeadamente ao risco de realização do crédito concedido (nota n.º 24).

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, o crédito vincendo apresenta a seguinte estrutura por prazos residuais de vencimento:

	2003	2002
Até três meses	11 084 406	12 553 661
De três meses a um ano	33 569 793	38 110 998
De um a cinco anos	92 892 168	107 040 109
Mais de cinco anos	2 943 880	3 986 409
	<u>140 490 247</u>	<u>161 691 177</u>

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, o crédito e juros vencidos apresentam a seguinte estrutura por antiguidade de saldos:

	2003	2002
Até três meses	719 934	668 786
De três meses a um ano	2 574 690	2 263 760
De um a cinco anos	2 201 034	3 894 535
Mais de cinco anos	187 701	706 145
	<u>5 683 359</u>	<u>7 533 226</u>

Em 31 de Dezembro de 2003, o crédito vincendo associado a contratos não rescindidos com crédito vencido há mais de 90 dias ascendia a 5 440 953 euros (5 213 428 euros em 31 de Dezembro de 2002).

18 — Débitos para com instituições de crédito:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2003	2002
À vista:		
Descobertos bancários	<u>172 717</u>	<u>164 321</u>
A prazo:		
Emprést. de curto prazo	69 381 108	72 353 603
Emprést. de médio e longo prazos	<u>13 989 181</u>	<u>42 677 693</u>
	<u>83 370 289</u>	<u>115 031 296</u>
	<u>83 543 006</u>	<u>115 195 617</u>

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, os empréstimos de curto prazo vencem juros à taxa média anual de 3,98% e 4,53% e vencem-se até Dezembro de 2004 e 2003, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, os empréstimos de médio e longo prazos vencem juros à taxa média anual de 4,73% e 4,99% e vencem-se até Dezembro e Maio de 2005, respectivamente.

24 — Movimento nas provisões:

O movimento ocorrido nas rubricas de provisões nos exercícios de 2003 e 2002 foi o seguinte:

	2003				
	Saldos em 31 de Dezembro de 2002	Dotações	Reposições	Utilizações	Saldos em 31 de Dezembro de 2003
Crédito e juros vencidos (nota n.º 14)	5 580 670	3 268 214	(1 254 910)	(3 909 569)	3 684 405
Créditos de cobrança duvidosa (nota n.º 14)	38 550	83 064	(43 147)	—	78 467
	<u>5 619 220</u>	<u>3 351 278</u>	<u>(1 298 057)</u>	<u>(3 909 569)</u>	<u>3 762 872</u>
Riscos gerais de crédito (nota n.º 14)	2 349 673	74 609	(392 490)	—	2 031 792
Fundo para riscos bancários gerais (nota n.º 14)	—	535 000	—	—	535 000
	<u>2 349 673</u>	<u>609 609</u>	<u>(392 490)</u>	<u>—</u>	<u>2 566 792</u>
	<u>7 968 893</u>	<u>3 960 887</u>	<u>(1 690 547)</u>	<u>(3 909 569)</u>	<u>6 329 664</u>
	2002				
	Saldos em 31 de Dezembro de 2001	Dotações	Reposições	Utilizações	Saldos em 31 de Dezembro de 2002
Crédito e juros vencidos	5 800 834	2 341 514	(980 707)	(1 580 971)	5 580 670
Créditos de cobrança duvidosa	21 221	52 595	(35 266)	—	38 550
	<u>5 822 055</u>	<u>2 394 109</u>	<u>(1 015 973)</u>	<u>(1 580 971)</u>	<u>5 619 220</u>
Riscos gerais de crédito	2 550 129	159 720	(360 176)	—	2 349 673
	<u>8 372 184</u>	<u>2 553 829</u>	<u>(1 376 149)</u>	<u>(1 580 971)</u>	<u>7 968 893</u>

27 — Contas de regularização:

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2003	2002
Activo:		
Proveitos a receber:		
Juros a receber de crédito concedido	1 062 828	1 323 085
Outros	<u>184 360</u>	<u>129 371</u>
	<u>1 247 188</u>	<u>1 452 456</u>
Passivo:		
Juros a pagar de empréstimos bancários	1 977 012	2 872 009
Juros a pagar de depósitos	<u>4 199</u>	<u>1 834</u>

	2003	2002
Custos administrativos:		
Bónus volume	251 374	249 216
Gratificações a vendedores	39 764	261
Comparticipações em campanhas	17 864	36 872
Despesas com consultoria (notas n.ºs 39 e 47)	—	110 299
Outros	90 359	110 872
	<u>2 380 572</u>	<u>3 381 363</u>
Receitas com proveito diferido (nota n.º 47)	<u>1 170 146</u>	<u>805 477</u>
	<u>3 550 718</u>	<u>4 186 840</u>

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, a rubrica de bónus volume refere-se aos incentivos a pagar aos concessionários, decorrentes do volume de vendas obtido por estes no mês de Dezembro.

Em 31 de Dezembro de 2002, a rubrica de despesas com consultoria, respeita à previsão do montante a pagar por serviços de consultoria da Fidis, SpA. Este montante foi registado por contrapartida das rubricas da demonstração dos resultados de outros gastos administrativos — consultoria, no montante de 94 273 euros (notas n.ºs 53 e 47) e outros impostos no montante de 16 026 euros (nota n.º 47).

A rubrica de receitas com proveito diferido refere-se a juros de campanhas suportados pela Fiat Auto Portuguesa, S. A., os quais são diferidos pelo período de duração dos respectivos contratos.

Nos exercícios de 2003 e 2002, a sociedade reconheceu em proveitos na rubrica de juros e proveitos equiparados — de campanhas, os montantes de 468 411 euros e 271 892 euros, respectivamente (nota n.º 52).

31 — Outros activos e outros passivos:

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2003	2002
Outros activos:		
Fidis Retail Portugal, S. A. (nota n.º 47)	106 237	—
Fiat Auto Portuguesa, S. A. (nota n.º 47)	105 909	33 180
Antecipações de contratos	43 039	—
Fiat Distribuidora Portugal, S. A. (nota n.º 47)	—	923 642
Devedores diversos	101 826	244 372
	<u>357 011</u>	<u>1 201 194</u>
Outros passivos:		
Provisão para imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC) relativo ao:		
Exercício de 2000	1 265	1 265
Exercício de 2001	1 841 902	1 841 902
Exercício de 2002 (nota n.º 41)	3 575 965	3 575 965
	<u>5 419 132</u>	<u>5 419 132</u>
Fiat Auto Portuguesa, S. A. (nota n.º 47)	<u>5 419 132</u>	<u>5 419 132</u>
IRC a pagar relativo ao exercício de 2003 (nota n.º 41)	<u>3 471 585</u>	<u>—</u>
Credores diversos:		
Fiat Distribuidora Portugal, S. A. (nota n.º 47)	189 008	—
Concessionários	133 944	—
GE Financial Insurance Portugal	126 071	227 848
Recebimentos parcelares	42 617	135 095
Outros	3 426	62 280
	<u>495 066</u>	<u>425 223</u>
Outros passivos:		
Retenções na fonte de impostos	84 532	101 554
Fornecedores	19 461	73 754
	<u>103 993</u>	<u>175 308</u>
	<u>9 489 776</u>	<u>6 019 663</u>

Em 31 de Dezembro de 2003, a rubrica Fidis Retail Portugal, S. A., representa um adiantamento realizado pela Fiat Crédito por conta de serviços a prestar de acordo com contrato de prestação de serviços celebrado (nota n.º 53).

Em 31 de Dezembro de 2003, a Fiat Crédito ainda não tinha efectuado a regularização do valor da provisão para IRC relativo aos exercícios de 2000 a 2002. Nestes exercícios a sociedade era tributada segundo o regime de tributação de grupos de sociedades, sendo o montante de IRC apurado contabilizado como um valor a pagar à Fiat Auto Portuguesa, S. A., entidade na qual era efectuada a consolidação fiscal (nota n.º 41).

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, a rubrica de recebimentos parcelares refere-se a recebimentos parciais de prestações de clientes, as quais ainda não foram deduzidas aos respectivos valores em dívida.

38 — Proveitos por mercados geográficos e linhas de negócio:

Todos os proveitos gerados pela actividade da Fiat Crédito no exercício de 2003 resultaram de operações realizadas em Portugal. Por outro lado, no que se refere ao modelo de segmentação por linhas de negócio anexo à Instrução n.º 4/96, do Banco de Portugal, a actividade da Fiat Crédito enquadra-se no âmbito da categoria denominada de Banca Comercial.

39 — Outros proveitos e custos de exploração, ganhos e perdas extraordinários:

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2003	2002
Outros custos de exploração:		
Comparticipação em campanhas de promoção	378 651	839 403
Quotizações e donativos	8 380	5 986
Outros	36 113	4 904
	<u>423 144</u>	<u>850 293</u>
Outros proveitos de exploração:		
Reembolso de despesas	1 623 389	1 557 278
Prestação de serviços diversos:		
Despesas com estudo de processos	508 550	486 019
Penalizações campanhas	529 293	429 729
Despesas de contrato	6 998	9 558
Outros	9 632	6 460
Recuperação de crédito:		
Capital	254 469	34 740
Juros e outras despesas	80 992	13 570
Outros	47 314	25 093
	<u>3 060 637</u>	<u>2 562 447</u>
Perdas extraordinárias:		
Perdas relativas a exercícios anteriores	147 976	10 725
Outros	214	21
	<u>148 190</u>	<u>10 746</u>
Ganhos extraordinários:		
Ganhos relativos a exercícios anteriores	152 440	12 802
Outros	1 248	15
	<u>153 688</u>	<u>12 817</u>

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, a rubrica de participação em campanhas de promoção refere-se ao custo suportado pela sociedade em campanhas promocionais.

A rubrica de reembolso de despesas inclui os valores pagos pela GE Financial Insurance em função dos seguros de crédito associados aos respectivos contratos de crédito (em 31 Dezembro de 2003 e 2002, 820 629 euros e 1 046 048 euros, respectivamente). Estes valores são contabilizados consoante os contratos atribuídos no decurso de cada mês. Esta rubrica inclui ainda o valor cobrado por cada atraso no pagamento de prestações no montante de 25 euros (em 31 Dezembro de 2003 e 2002, 698 060 euros e 500 559 euros, respectivamente). Este valor apenas é registado quando recebido.

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, o valor registado na rubrica de despesas com estudo de processos refere-se ao valor cobrado por contrato celebrado, no âmbito do processo da aprovação de crédito, no montante de 150 euros cada.

Em 31 de Dezembro de 2003, a rubrica de perdas relativas a exercícios anteriores inclui um montante de 80 999 euros relativos a uma liquidação adicional do imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas referente ao exercício de 1999.

Em 31 de Dezembro de 2003, a rubrica de ganhos relativos a exercícios anteriores inclui um montante de 110 299 euros respeitante à previsão do montante a pagar por serviços de consultoria da Fidis, SpA que não chegaram a ser realizados (notas n.ºs 27 e 47).

41 — Impostos sobre lucros:

A sociedade está sujeita à tributação em sede de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC) e correspondente derrama.

Com efeitos a partir de 1995, a sociedade passou a ser tributada em regime de lucro consolidado, por autorização obtida ao abrigo do artigo 63.º do Código do IRC. A partir do exercício de 2000, a con-

solidação fiscal passou a ser realizada na esfera da Fiat Auto Portuguesa, S. A.

No exercício de 2003, em virtude da Fiat Auto Portuguesa, S.A. ter alienado a sua participação no capital da Fiat Crédito à Fidis Retail Itália, SpA a sociedade passou a ser tributada de forma individual.

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal da sociedade durante um período de quatro anos ou pelo prazo de reporte dos prejuízos fiscais existentes, podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais liquidações adicionais, relativamente aos exercícios de 2000 a 2003, inclusive. Adicionalmente, e de acordo com o artigo 58.º do Código do IRC, a Direcção-Geral das Contribuições e Impostos poderá efectuar as correcções necessárias para a determinação do lucro tributável, sempre que, em virtude de relações especiais entre o contribuinte e outra pessoa, sujeita ou não a IRC, tenham sido estabelecidas condições diferentes das que seriam normalmente acordadas entre pessoas independentes, conduzindo a que o resultado apurado com base na contabilidade seja diverso do que se apuraria na ausência dessas relações. Na opinião do conselho de administração da Fiat Crédito, não é previsível qualquer liquidação adicional relativamente aos exercícios atrás referidos.

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, o montante relativo a IRC a pagar foi apurada da seguinte forma:

	2003	2002
Imposto sobre o lucro do exercício	3 533 434	3 577 304
Pagamentos por conta de IRC	(61 500)	(748)
Retenções na fonte	(349)	(591)
IRC a pagar (nota n.º 31)	<u>3 471 585</u>	<u>3 575 965</u>

A sociedade não regista os impostos diferidos activos resultantes da constituição de provisões não aceites fiscalmente como custo, de acordo com as instruções do Banco de Portugal.

42 — Taxa efectiva de imposto:

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, a percentagem da provisão para imposto sobre o resultado de exploração adicionado do saldo dos resultados extraordinários é de 35,26% e 32,93%, respectivamente.

Apresenta-se a seguir a reconciliação da taxa de imposto.

	2003	2002
Resultado antes de imposto	10 020 858	10 862 681
Taxa nominal de imposto (percentagem)	33	33
Imposto esperado	3 306 883	3 584 685
Ajustamentos à colecta	226 551	(7 381)
Imposto sobre o rendimento do exercício	3 533 434	3 577 304

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, os principais componentes dos ajustamentos à colecta são os seguintes:

	2003	2002
Provisões não dedutíveis:		
Fundo para riscos bancários gerais	535 000	—
Riscos gerais de crédito	74 609	79 860
Liquidação adicional de imposto	80 999	—
Utilização de provisões tributadas	—	(107 242)
Outros	(4 090)	5 015
	686 518	(22 367)
Taxa nominal de imposto (percent.)	33	33
Ajustamentos à colecta	226 551	(7 381)

43 — Consolidação:

As contas da sociedade consolidam com as da Fidis Retail Itália, SpA, as quais se encontram disponíveis na sua sede.

47 — Saldos e transacções com entidades relacionadas:

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, os principais saldos e transacções com entidades do Grupo Fiat eram os seguintes:

	2003			
	Fidis Retail Itália	Fidis Retail Portugal	Fiat Auto	Fiat Distribuidora
Outros activos (nota n.º 31)	—	106 237	105 909	—
Outros passivos (nota n.º 31)	—	—	5 419 132	189 008
Receitas com proveito diferido (nota n.º 27)	—	—	1 170 146	—
Juros e proveitos equiparados (nota n.º 52)	—	—	468 411	—
Gastos gerais administrativos (nota n.º 53)	—	1 068 620	—	—
Proveitos e ganhos extraordinários (nota n.º 39)	110 299	—	—	—
	2002			
	Fidis Retail Itália	Fiat Auto	Fiat Distribuidora	
Outros activos (nota n.º 31)	—	33 180	923 642	
Outros passivos (nota n.º 31)	—	5 419 132	—	
Receitas com proveito diferido (nota n.º 27)	—	805 477	—	
Contas de regularização do passivo (nota n.º 27)	110 299	—	—	
Gastos gerais administrativos (notas n.ºs 27 e 53)	94 273	—	999 716	
Outros impostos (nota n.º 27)	16 026	—	—	
Juros e proveitos equiparados (nota n.º 52)	—	271 892	—	

51 — Variação nas rubricas de capital próprio:

O movimento ocorrido nas rubricas de capital próprio durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2002 e 2003, foi o seguinte:

	Capital	Reserva legal	Reservas livres	Total de reservas	Resultado líquido do exercício
Saldos em 31 de Dezembro de 2001	7 800 000	2 164 787	18 023 552	20 188 339	7 095 167
Transferência do lucro do exercício	—	709 517	6 385 650	7 095 167	(7 095 167)
Lucro líquido do exercício de 2002	—	—	—	—	7 285 377
Saldos em 31 de Dezembro de 2002	7 800 000	2 874 304	24 409 202	27 283 506	7 285 377
Transferência do lucro do exercício	—	728 538	6 556 839	7 285 377	(7 285 377)
Outros	—	(3)	3	—	—
Lucro líquido do exercício de 2003	—	—	—	—	6 487 424
Saldos em 31 de Dezembro de 2003	7 800 000	3 602 839	30 966 044	34 568 883	6 487 424

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, o capital da Fiat Crédito encontra-se totalmente subscrito e realizado, estando representado por 1 560 000 acções, com o valor nominal de cinco euros cada.

Em 8 de Outubro de 2003, a Fiat Auto Portuguesa, S. A., que detinha 100% do capital da sociedade alienou à Fidis Retail Itália, SpA, a sua

participação. Em virtude desta alienação, a 31 de Dezembro de 2003 a Fidis Retail Itália, SpA, era detentora de 100% do capital da sociedade.

Em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 201/2002, de 26 de

Setembro, a sociedade constitui um fundo de reserva legal até à concorrência do capital ou do somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. Para tal, é anualmente transferido para reserva legal uma fracção não inferior a 10% do resultado líquido do exercício, até perfazer o referido montante. Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

52 — Juros, custos e proveitos equiparados:

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2003	2002
Juros e custos equiparados:		
Empréstimos obtidos	4 478 132	6 273 254
Descobertos	50 979	18 707
	<u>4 529 111</u>	<u>6 291 961</u>
Juros e proveitos equiparados:		
Crédito concedido	17 811 836	21 247 301
Campanhas (notas n.ºs 27 e 47)	468 411	271 892
Disponibilidades	1 684	4 893
	<u>18 281 931</u>	<u>21 524 086</u>

53 — Outros gastos administrativos:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2003	2002
Fornecim. de terceiros (nota n.º 47)	9 642	144 773
Serviços de terceiros:		
Incentivos a concession. e vendedores	2 089 540	2 849 955
Fidis Retail Portugal, S. A. (nota n.º 47)	1 068 620	—
Serviço de recuperação de créditos	404 971	389 961
Trabalho independente	159 926	123 371
Comunicações e desp. de expedição	72 350	88 031
Despesas judiciais	65 613	66 389
Auditoria	56 261	16 866
Publicidade e edição	15 831	30 211
Segurança e vigilância	314	33 007
Conservação e reparação	68	42 027
Custos com pessoal cedido (nota n.º 47)	—	854 943
Consultoria (notas n.ºs 27 e 47)	—	95 017
Outros	16 687	4 927
	<u>3 959 823</u>	<u>4 739 478</u>

Em 31 de Dezembro de 2003, a rubrica Fidis Retail Portugal, S. A., respeita ao valor anual a pagar a esta entidade, de acordo com o contrato de prestação de serviços celebrado no dia 8 de Outubro de 2003, relativo nomeadamente à cedência de espaço e equipamento, serviços de conservação e reparação, serviços de segurança e vigilância e serviços de administrativos, financeiros e de contabilidade.

Em 31 de Dezembro de 2002, a rubrica de custos com pessoal cedido, refere-se à imputação de custos efectuada pela Fiat Distribuidora Portugal, S. A., à sociedade decorrente do facto de esta não possuir trabalhadores afectos à sua actividade. Em 31 de Dezembro de 2003, o saldo desta rubrica é nulo em virtude do referido contrato de prestação de serviços celebrado com a Fidis Retail Portugal, S. A. A Fidis Retail Portugal, S. A., iniciou a actividade em 2003 como resultado de um processo de cisão e de destaque da actividade de aluguer de longa duração da Fiat Distribuidora Portugal, S. A.

54 — Eventos subsequentes:

Em conformidade com a deliberação da assembleia geral de 30 de Janeiro de 2004, a sociedade pretende proceder a uma transformação na sua designação e objecto social, de modo a converter-se numa instituição financeira de crédito, figura jurídica instituída e regulada pelo Decreto-Lei n.º 186/2002 e que tem por objecto a prática das operações permitidas aos bancos, com excepção da recepção de depósitos.

De acordo com a referida transformação, a sociedade alterará a sua designação social para Fidis Retail Banco, Instituição Financeira de Crédito, S. A. e procederá a um aumento de capital por incorporação de reservas, através da emissão de 440 000 novas acções com o valor nominal de cinco euros cada. Este aumento de capital no montante de 2 200 000 euros é determinado pela necessidade das instituições financeiras de crédito não possuírem um capital inferior a 10 000 000 de euros, de acordo com o disposto na Portaria n.º 1403/2002.

Adicionalmente, a sociedade pretende realizar uma operação de fusão por incorporação da Fiat Leasing Portugal — Sociedade de Locação Financeira Mobiliária, S. A., entidade em que detém 100% do seu capital (nota n.º 6).

As referidas operações encontram-se pendentes de aprovação por parte do Banco de Portugal.

O Conselho de Administração: (*Assinaturas ilegíveis.*)

Certificação legal das contas

1 — *Introdução.* — Examinámos as demonstrações financeiras anexas da Fiat Crédito Portugal — Sociedade Financeira de Aquisições a Crédito, S. A. (sociedade), as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2003, que evidencia um total de 148 006 599 euros e capitais próprios de 48 856 307 euros, incluindo um resultado líquido de 6 487 424 euros, as demonstrações dos resultados por naturezas e de origem e aplicação de fundos para o exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

2 — *Responsabilidades.* — É da responsabilidade do conselho de administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da sociedade, o resultado das suas operações e a origem e aplicação dos seus fundos, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

3 — *Âmbito.* — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame inclui a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação. Este exame inclui igualmente a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. Entendemos que exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

4 — *Reserva.* — Em 31 de Dezembro de 2002, a nossa estimativa das necessidades adicionais de provisões para fazer face aos potenciais problemas de realização da carteira de crédito ascendia a, aproximadamente, 2 180 000 euros. No decurso do exercício de 2003, a sociedade recuperou esta insuficiência de provisões originada em anos anteriores, fruto da melhoria dos procedimentos de recuperação de crédito e do registo de provisões adicionais. Consequentemente, o resultado do exercício findo em 31 de Dezembro de 2003 encontra-se subavaliado e as reservas nessa data sobreavaliadas em, aproximadamente, 2 180 000 euros, sem considerar o efeito fiscal.

5 — *Opinião.* — Em nossa opinião, excepto para o efeito do assunto descrito no ponto 4 acima, as demonstrações financeiras referidas no ponto 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes para os efeitos indicados no ponto 6 abaixo, a posição financeira da Fiat Crédito Portugal, S. A., em 31 de Dezembro de 2003, bem como o resultado das suas operações e a origem e aplicação dos seus fundos para o exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector (nota n.º 3).

6 — *Ênfases.* — As demonstrações financeiras anexas referem-se à actividade individual da sociedade, tendo sido elaboradas para apro-

vação em assembleia geral e para dar cumprimento aos requisitos de apresentação de contas determinados pelo Banco de Portugal. De acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis à actividade individual da sociedade, as participações maioritárias que detém encontram-se registadas ao custo de aquisição. A sociedade vai apresentar separadamente contas consolidadas, que são aquelas que reflectem de forma mais adequada a sua situação financeira, os resultados das suas operações e a origem e aplicação dos seus fundos. Os efeitos da consolidação encontram-se divulgados na nota n.º 3 do anexo às demonstrações financeiras.

7 — O balanço em 31 de Dezembro de 2002 e as demonstrações dos resultados por naturezas e de origem e aplicação de fundos para o exercício então findo são apresentados de forma a dar cumprimento à legislação em vigor, nomeadamente para aprovação em assembleia geral, e aos requisitos de apresentação de contas determinados pelo Banco de Portugal. Estas demonstrações financeiras foram por nós examinadas e a nossa opinião sobre as mesmas, expressa na certificação legal das contas datada de 19 de Fevereiro de 2003, inclui uma reserva relacionada com a situação mencionada no ponto 4 acima.

Lisboa, 26 de Fevereiro de 2004. — Magalhães, Neves & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A., representada por *Luís Augusto Gonçalves Magalhães*.

Relatório e parecer do conselho fiscal

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à vossa apreciação o nosso relatório e parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da Fiat Crédito Portugal, S. A. (sociedade), relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, os quais são da responsabilidade do conselho de administração.

Acompanhamos com a periodicidade e a extensão que consideramos, adequada, a evolução da actividade da sociedade, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo estatutário em vigor, tendo recebido do conselho de administração e dos diversos serviços da sociedade as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço em 31 de Dezembro de 2003, as demonstrações dos resultados por naturezas e de origem e aplicação de fundos para o exercício findo naquela data e o correspondente anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do relatório de gestão do exercício de 2003 preparado pelo conselho de administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluída.

Apreciámos igualmente o conteúdo da certificação legal das contas, emitida pelo revisor oficial de contas, à qual damos a nossa concordância.

Faço ao exposto, somos de opinião que, excepto quanto ao referido no ponto 4 da certificação legal das contas, as demonstrações financeiras supra referidas e o relatório de gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, para efeitos de aprovação em assembleia geral.

Desejamos ainda manifestar ao conselho de administração e aos serviços da Sociedade o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 26 de Fevereiro de 2004. — O Conselho Fiscal: *José Diogo Horta Osório*, presidente — *Ana Isabel Marques*, vogal — *Magalhães, Neves & Associados* — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Luís Augusto Gonçalves Magalhães*, vogal.

Extracto da acta de aprovação de contas realizada em 30 de Março de 2004

(...)

O presidente da mesa pôs à votação o relatório de gestão e contas do exercício de 2003, que foram aprovados pela única accionista.

No âmbito do ponto 2 da ordem de trabalhos, foi aprovada pela accionista única a proposta de que os resultados líquidos do exercício de 6 487 423,63 euros, no montante de 648 742,36 euros em reservas legais e os restantes 5 838 681,27 euros em reservas livres. (...)

Aos 30 dias do mês de Março de 2004, pelas 10 horas, na sede social, reuniu a assembleia geral anual da Fiat Crédito Portugal, S. A.,

que reúne como assembleia universal, sem observância de formalidades prévias, por ser essa a vontade manifestada pela accionista única a Fidis Retail Itália, SpA., que assim quis que se constituísse e deliberasse sobre os seguintes assuntos:

- 1.º Deliberar sobre o relatório de gestão e as contas do exercício do ano de 2003;
- 2.º Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;
- 3.º Apreciação geral da administração e fiscalização;
- 4.º Deliberar sobre o relatório consolidado de gestão e contas consolidadas;
- 5.º Apreciação geral da administração relativamente à gestão consolidada;
- 6.º Nomeação dos órgãos sociais para o quadriénio de 2004 a 2007.

O presidente da mesa declarou abertos os trabalhos e, no âmbito do ponto 1.º, deu a palavra ao administrador-delegado, Dr. Vitantonio Addabbo que produziu sobre os documentos em apreço as considerações e os esclarecimentos complementares aos que resultam do relatório de gestão do exercício.

O presidente da mesa pôs à votação o relatório de gestão e as contas do exercício de 2003, que foram aprovadas pela única accionista.

No âmbito do ponto 2.º da ordem de trabalhos, foi aprovada pela accionista única a proposta de que os resultados líquidos do exercício de 6 487 423,63, no montante de 648 742,36 euros em reservas legais e os restantes 5 838 681,27 euros em reservas livres.

No âmbito do ponto 3.º da ordem de trabalhos, procedeu-se à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade no dito exercício, a qual foi pela assembleia valorada positivamente, com um voto de louvor aos respectivos órgãos.

No âmbito do ponto 4.º, o presidente da mesa deu a palavra ao administrador-delegado para prestar esclarecimentos complementares sobre os documentos referidos no quarto assunto, após o que a accionista única aprovou o relatório consolidado de gestão e as contas consolidadas do exercício em apreço.

No âmbito do ponto 5.º, passou-se à fiscalização, digo, apreciação geral da administração e fiscalização relativamente à gestão consolidada e às contas consolidadas do exercício em apreço, as quais forma pela accionista única valoradas positivamente, com a aprovação por ela de um voto de louvor aos respectivos órgãos.

No âmbito do ponto 6.º e último ponto, foi posta à votação e aprovada a composição dos órgãos sociais, para o quadriénio de 2004-2007, tendo os mesmos ficado assim constituídos:

Mesa da assembleia geral:

Presidente: André Luiz Gomes.

Secretário: Elsa Sousa Rodrigues.

Conselho de administração:

Presidente: Herbert Hutter.

Administrador-delegado: Vitantonio Addabbo.

Vogais:

Maurizio Leonardo Domenico Badoglio.

Joaquim Luiz Gomes.

Licínio José dos Santos Saraiva.

Alberto da Conceição Rosário.

Martin Moya Mendieta.

Conselho fiscal:

Presidente: Diogo José Horta Osório.

Vogais:

Ana Isabel Marques.

Magalhães, Neves e Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Luís Augusto Gonçalves Magalhães*.

Vogal suplente: António Dias e Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por António Marques Dias.

Nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada a reunião da qual foi lavrada presente acta que vai ser assinada pelos presidente e secretário da mesa.

(Sem assinaturas.)

Relatório consolidado de gestão do conselho de administração

Enquadramento económico

Durante o ano de 2003 a conjuntura económica internacional reflectiu uma expectativa de grande incerteza e retracção no crescimento, facto que afectou as economias dos países com elevado envolvimento externo como a portuguesa.

No que concerne a Portugal o ano de 2003 caracteriza-se por uma acentuada quebra da actividade económica. O investimento verificou uma evolução negativa. O consumo privado também diminuiu em contraponto com o aumento da taxa de desemprego. No entanto nos últimos meses do ano verificaram-se alguns sinais de uma ligeira recuperação.

No sector automóvel, as vendas de veículos ligeiros de passageiros reduziram-se em 16% contra uma redução de 11,4%, em 2002.

No que refere a material de transporte ligado ao investimento verificou-se uma redução nas vendas de comerciais ligeiros que decresceram 12,9%, enquanto as vendas de veículos comerciais pesados registaram uma quebra anual de 21%.

A nível da inflação, a variação homóloga do índice de preços no consumidor no ano de 2003 atingiu os 3,3%.

Evolução da sociedade

O contexto económico e financeiro, desfavorável, a degradação dos indicadores das expectativas dos consumidores e agentes económicos, acentuada com o nível já elevado de endividamento das famílias portuguesas, reflectiram-se negativamente na actividade do exercício. No que refere à área de financiamento de aquisições a crédito esta registou um decréscimo de cerca 15% no número de contratos activos e no valor do seu *outstanding*.

Na área de locação financeira mobiliária o número de contratos activos e o *outstanding* aumentaram ligeiramente.

Apesar das diversas condicionantes e da compressão das margens financeiras, o esforço de contenção do lado dos custos operativos e o aumento dos proveitos relacionados com a venda de serviços, permi-

tiram ainda assim obter resultados em linha com os objectivos definidos para o exercício.

Na área da actividade de locação financeira mobiliária, embora o número de contratos activos e o *outstanding* tenham aumentado ligeiramente.

Previsões e objectivos para 2004

Para 2004 e perante as dificuldades de mercado que se prevê se mantenham e sejam até acentuadas neste exercício, a sociedade, paralelamente ao incremento que pretende dar à relação privilegiada já existente com a rede de concessionários do Grupo Fiat, pretende em definitivo, desenvolver a actividade *non captive*, conquistando mercados alternativos, e viabilizando assim a obtenção dos objectivos de produção e resultados.

Organizativamente, e na sequência da publicação de legislação que permite a criação de instituições financeiras de âmbito mais abrangente, a sociedade dará sequência a um processo que permitirá a sua transformação em IFIC (instituição financeira de crédito), o que lhe permitirá um maior desenvolvimento da sua área de negócios e a rentabilização dos meios disponíveis. Neste contexto e ainda na sequência da actualização da certificação para a Norma ISO 9001, a sociedade dará sequência aos reajustamentos necessários, tendo em vista a redução de custos supérfluos, a formação dos colaboradores, e o processo de melhoria contínua.

Continuação da actividade de recuperação extrajudicial dos créditos, através de recurso a empresas especializadas, que permita manter e melhorar os bons resultados conseguidos em anos anteriores.

Proposta de resultados

O resultado líquido gerado na actividade do exercício de 6 538 377,09 euros, após a aplicação em reserva legal, no caso 653 837,71 euros, propõe-se seja levado a reservas livres.

O resultado tributável a considerar é de 3 585 933,61 euros.

Lisboa, 25 de Fevereiro de 2004. — O Conselho de Administração:
(Assinaturas ilegíveis.)

Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2003

ACTIVO

(Em euros)

	Ano			Ano anterior
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	
1 — Caixa e disponibilidades em bancos centrais	613	—	613	1 453
2 — Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	245 653	—	245 653	152 833
4 — Crédito sobre clientes	156 461 781	4 142 209	152 319 572	172 759 071
7 — Partes de capital em empresas associadas	—	—	—	—
10 — Imobilizações incorpóreas	213 105	213 105	—	36
11 — Imobilizações corpóreas	2 080	2 080	—	187
16 — Outros activos	739 551	—	739 551	2 170 080
17 — Contas de regularização	1 252 072	—	1 252 072	1 453 901
<i>Total do activo</i>	<i>158 914 855</i>	<i>4 357 394</i>	<i>154 557 461</i>	<i>176 537 561</i>

PASSIVO

	Ano	Ano anterior
1 — Débitos para com instituições de crédito:		
a) À vista	275 142	180 031
b) A prazo ou com pré-aviso	88 470 289	120 131 297
4 — Outros passivos	9 647 987	6 155 057
5 — Contas de regularização	3 733 471	4 449 017
6 — Provisões para riscos e encargos	2 718 215	2 448 179
a) Provisões para pensões e encargos similares	—	—
b) Outras provisões	2 718 215	2 448 179

(Em euros)

	Ano	Ano anterior
9 — Capital subscrito	7 800 000	7 800 000
11 — Reservas	35 373 980	28 000 192
13 — Resultados transitados	—	—
14 — Lucro do exercício	6 538 377	7 373 788
<i>Total do passivo</i>	<i>154 557 461</i>	<i>176 537 561</i>

O Administrador-Delegado, *Vitantonio Addabbo*. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível.*)**Demonstração consolidada dos resultados em 31 de Dezembro de 2003****DÉBITO**

	Ano	Ano anterior
A) Custos		
1 — Juros e custos equiparados	4 774 098	6 502 499
2 — Comissões	135 151	131 589
3 — Prejuízos em operações financeiras	—	—
4 — Gastos gerais administrativos	4 353 184	5 152 499
4.1 — Custos com o pessoal	—	—
4.2 — Outros gastos administrativos	4 353 184	5 152 499
5 — Amortizações do exercício	223	4 053
6 — Outros custos de exploração	445 955	866 916
7 — Provisões para crédito de cobrança duvidosa e crédito vencido e para outros riscos	4 646 437	2 858 977
9 — Perdas extraordinárias	151 522	12 633
10 — Impostos sobre os lucros	3 585 934	3 622 673
11 — Outros impostos	16 601	42 548
14 — Lucro do exercício	6 538 377	7 373 788
<i>Total</i>	<i>24 647 482</i>	<i>26 568 175</i>

CRÉDITO

	Ano	Ano anterior
B) Proveitos		
1 — Juros e proveitos equiparados	19 120 212	22 337 658
3 — Comissões	—	1 269
4 — Lucros em operações financeiras	—	—
5 — Reposições e anulações de provisões	2 122 067	1 542 296
7 — Outros proveitos de exploração	3 187 806	2 664 328
8 — Ganhos extraordinários	217 397	22 624
<i>Total</i>	<i>24 647 482</i>	<i>26 568 175</i>

O Administrador-Delegado, *Vitantonio Addabbo*. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível.*)**Demonstrações consolidadas de origem e aplicação de fundos para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2003 e 2002****ORIGEM DE FUNDOS**

	2003	2002
Gerados pelas operações:		
Resultado consolidado do exercício	6 538 377	7 373 788
Custos que não representam desembolsos de fundos:		
Dotações para provisões, liquidas de reposições	2 524 370	1 316 682
Amortizações do exercício	223	4 053
	<u>9 062 970</u>	<u>8 694 523</u>

(Em euros)

	2003	2002
Diminuições de activos:		
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	840	—
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	—	146 142
Créditos sobre clientes, líquido de anulações	18 230 442	4 547 583
Outros activos	1 385 250	—
Contas de regularização	201 830	520 868
	<u>19 818 362</u>	<u>5 214 593</u>
Aumentos de passivos:		
Outros passivos	3 492 930	1 851 228
Contas de regularização	—	120 342
	<u>3 492 930</u>	<u>1 971 570</u>
	<u>32 374 262</u>	<u>15 880 686</u>
Aplicação de fundos:		
Aumentos de activos:		
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	—	239
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	92 820	—
Outros activos	—	1 168 406
	<u>92 820</u>	<u>1 168 645</u>
Diminuições de passivos:		
Débitos para com instituições de crédito	31 565 896	14 712 041
Contas de regularização	715 546	—
	<u>32 281 442</u>	<u>14 712 041</u>
	<u>32 374 262</u>	<u>15 880 686</u>

O Administrador-Delegado: *Vitantonio Addabbo*. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*.)

Anexo as demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2003

(Montantes expressos em euros)

Nota introdutória:

A Fiat Crédito Portugal, S. A. (adiante designada por sociedade ou Fiat Crédito), foi constituída em 31 de Outubro de 1991. A sociedade tem por objecto a actividade de financiamento da aquisição a crédito de bens ou serviços, sendo a sua sede na Rua Tomás Ribeiro, 71, em Lisboa e dispondo de uma delegação na cidade do Porto.

A sociedade realiza operações de crédito relativas a viaturas, novas e usadas, comercializadas em Portugal pelo Grupo Fiat. Em Abril de 2001, a Fiat Crédito introduziu o Programa Finplus que consiste na concessão de crédito canalizado através de agentes e comerciantes que não pertencem à rede do Grupo Fiat, passando desta forma a conceder crédito numa óptica multimarca.

Adicionalmente, a sociedade realiza operações de locação financeira mobiliária relativas a viaturas novas e usadas, comercializadas em Portugal pelo Grupo Fiat, através da sua participada Fiat Leasing Portugal — Sociedade de Locação Financeira Mobiliária, S. A. (Fiat Leasing), detida a 100% pela sociedade.

Conforme indicado na nota n.º 51, a Fiat Crédito é detida integralmente pela Fidis Retail Itália, SpA, uma empresa participada pelo Grupo Fiat. Consequentemente, as operações e transacções da sociedade são influenciadas pelas decisões do Grupo a que pertence. Os principais saldos e transacções mantidos com empresas do Grupo Fiat encontram-se detalhados na nota n.º 47.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas para o Sistema Bancário. As notas cuja numeração é omitida neste anexo não são aplicáveis à sociedade ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

Adicionalmente, na nota n.º 54 deste anexo, são apresentados os elementos de informação complementares ao balanço consolidado e

à demonstração dos resultados do exercício de 2003, em conformidade com o disposto no anexo à instrução n.º 71/96, do Banco de Portugal.

3 — Bases de apresentação, princípios de consolidação e principais políticas contabilísticas:

Bases de apresentação:

As demonstrações financeiras consolidadas da Fiat Crédito e da sua subsidiária foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da sociedade e da sua subsidiária, mantidos de acordo com o Plano de Contas para o Sistema Bancário, estabelecido pelo Banco de Portugal na sequência da competência que lhe foi atribuída pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro, e demais instruções aplicáveis emitidas pelo Banco de Portugal.

As demonstrações financeiras individuais da Fiat Crédito e da sua subsidiária, em 31 de Dezembro de 2003, encontram-se pendentes de aprovação pelas respectivas assembleias gerais. No entanto, o conselho de administração da sociedade entende que as demonstrações financeiras individuais utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

Princípios de consolidação:

A consolidação da Fiat Leasing Portugal — Sociedade de Locação Financeira Mobiliária, S. A., entidade na qual a Fiat Crédito detém directamente a totalidade do capital, efectuou-se pelo método da integração global.

Os saldos e as transacções (e os correspondentes proveitos e custos) entre as empresas objecto de consolidação foram eliminados neste processo.

O resultado consolidado resulta da agregação dos resultados líquidos da sociedade e da sua subsidiária, após os ajustamentos de consolidação e

Principais políticas contabilísticas:

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, foram as seguintes:

a) Contratos de locação financeira. — Os activos em regime de locação financeira são registados no balanço como crédito concedido, o qual é reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados como proveitos financeiros.

O crédito e juros vencidos corresponde a capital, juros e outros valores vencidos há mais de 30 dias. Estes valores são distribuídos por classes de risco, as quais são função do período decorrido após o respectivo vencimento.

Na rubrica de crédito e juros vencidos são registados os créditos relativos a contratos de locação financeira que tenham sido rescindidos, por incumprimento das respectivas cláusulas contratuais por parte dos clientes. O valor registado em crédito e juros vencidos inclui o capital vincendo na data da rescisão. Em geral, a Sociedade rescinde os contratos quando estes têm seis prestações vencidas.

b) Especialização de exercícios registo de juros. — Os proveitos e custos relativos a juros gerados por operações activas e passivas são reconhecidos de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, sendo registados na demonstração dos resultados do exercício em que se vencem, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos. Porém, quando uma operação activa se encontra vencida há mais de 90 dias, a sociedade suspende o reconhecimento dos respectivos juros, que apenas são registados como proveitos no momento em que são cobrados.

Outros proveitos e custos:

Os outros proveitos e custos são reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício em que se vencem, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

c) Provisões para riscos específicos de crédito, para riscos gerais de crédito e fundo para riscos bancários gerais. — Estas provisões são constituídas de acordo com o aviso n.º 3/95, do Banco de Portugal, de 30 de Junho, levando em consideração as alterações constantes no aviso n.º 8/2003, de 30 de Janeiro e demais instruções e normas aplicáveis, emitidas pelo Banco de Portugal.

Provisão para crédito e juros vencidos:

Destina-se a fazer face aos riscos de cobrança do capital, juros e outros valores vencidos e não cobrados. O seu montante é apurado através da aplicação de percentagens mínimas de provisão, segundo a antiguidade dos saldos vencidos e não cobrados e a existência ou não de garantias. São excluídos da base de cálculo desta provisão os créditos concedidos ao sector público administrativo.

Provisão para créditos de cobrança duvidosa:

Destina-se a fazer face aos riscos de cobrança do capital vincendo relativo a contratos que apresentem prestações em mora, e que se encontrem em uma das seguintes condições:

i) Excederem 25% do capital em dívida acrescido dos juros vencidos;

ii) Estarem em incumprimento há mais de:

- a) seis meses nas operações com prazo inferior a cinco anos;*
- b) 12 meses nas operações com prazo igual ou superior a cinco e inferior a 10 anos; e*
- c) 24 meses nas operações com prazo igual ou superior a 10 anos.*

O capital vincendo destes contratos é então provisionado com base nas mesmas percentagens aplicáveis ao crédito vencido.

São ainda considerados créditos de cobrança duvidosa, os créditos vincendo sobre um mesmo cliente, se o crédito e juros vencidos de todas as operações, relativas a esse cliente excederem 25% do crédito total, acrescido dos juros vencidos. Nesta circunstância, os créditos de cobrança duvidosa são provisionados com base em metade da percentagem aplicável aos créditos vencidos.

Provisões para riscos e encargos — riscos gerais de crédito:

Trata-se de uma provisão de natureza geral destinada a fazer face aos riscos associados à realização da carteira de crédito concedido, não identificados especificamente.

Esta provisão é determinada pela aplicação de uma percentagem de 1% sobre a totalidade do crédito concedido (no que se refere aos contratos celebrados com particulares a percentagem correspondente é de 1,5%, nos termos do aviso n.º 2/99, de 15 de Janeiro, do Banco de Portugal), excluindo o que tenha sido objecto de constituição de provisões para crédito e juros vencidos e créditos de cobrança duvidosa, bem como o que tenha sido concedido a entidades do sector público administrativo.

A partir de 2003, as dotações do exercício, líquidas de reposições e anulações, deixaram de ser fiscalmente aceites como custo.

Provisões para riscos e encargos — Fundo para riscos bancários gerais:

Esta provisão encontra-se registada no passivo e destina-se a fazer face a eventuais perdas resultantes da actividade da Fiat Crédito e da Fiat Leasing, nomeadamente ao risco de realização da carteira de crédito concedido.

d) Imobilizações. — As imobilizações incorpóreas, que correspondem a despesas de constituição da sociedade e a despesas com sistemas de tratamento automático de dados, encontram-se registadas ao custo e são amortizadas pelo método das quotas constantes durante um período de três anos.

As imobilizações corpóreas, que correspondem a equipamento de transmissão, encontram-se registadas ao custo, líquido das amortizações acumuladas, as quais são calculadas segundo o método das quotas constantes, de acordo com as taxas fiscalmente aceites como custo, as quais correspondem a um período de vida útil de quatro anos.

Em 31 de Dezembro de 2003, as imobilizações incorpóreas e corpóreas encontram-se totalmente amortizadas.

11 — Movimento no activo imobilizado e nas amortizações acumuladas:

O movimento ocorrido no imobilizado e nas amortizações acumuladas durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, foi o seguinte:

	2003			
	Saldos em 2002		Amortizações do exercício	Valor liq. em 31 de Dezembro de 2003
	Valor bruto	Amortizações acumuladas		
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de constituição	200 699	(200 699)	—	—
Sistemas de tratamento de dados	12 406	(12 370)	(36)	—
	<u>213 105</u>	<u>(213 069)</u>	<u>(36)</u>	<u>—</u>
Imobilizações corpóreas:				
Equipamento de transmissão	2 080	(1 893)	(187)	—
	<u>215 185</u>	<u>(214 962)</u>	<u>(223)</u>	<u>—</u>

	2002			
	Saldos em 2001		Amortizações do exercício	Valor liq. em 31 de Dezembro de 2002
	Valor bruto	Amortizações acumuladas		
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de constituição	200 699	(200 699)	—	—
Sistemas de tratamento de dados	12 406	(8 566)	(3 804)	36
	<u>213 105</u>	<u>(209 265)</u>	<u>(3 804)</u>	<u>36</u>
Imobilizações corpóreas:				
Equipamento de transmissão	2 080	(1 644)	(249)	187
	<u>215 185</u>	<u>(210 909)</u>	<u>(4 053)</u>	<u>223</u>

14 — Créditos sobre clientes:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2003	2002
Crédito vincendo:		
Viaturas novas	103 724 184	127 733 871
Viaturas usadas	24 396 397	22 713 892
Programa Finplus	12 369 666	11 243 414
Locação financeira	9 695 100	8 968 628
	<u>150 185 347</u>	<u>170 659 905</u>
Crédito e juros vencidos	6 276 434	8 058 222
	<u>156 461 781</u>	<u>178 718 027</u>
Provisões para crédito e juros vencidos e para créditos de cobrança duvidosa (nota n.º 24)	(4 142 208)	(5 958 956)
	<u>152 319 573</u>	<u>172 759 071</u>

Para fazer face a problemas de realização da carteira de crédito concedido, a sociedade e a sua subsidiária dispõem ainda de uma provisão para riscos gerais de crédito registada no âmbito das provisões para riscos e encargos do passivo que, em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, ascendia a 2 138 215 euros e 2 448 179 euros, respectivamente (nota n.º 24).

Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2003, a sociedade e a sua subsidiária registaram provisões no montante de 580 000 euros no âmbito do Fundo para riscos bancários gerais para fazer face a eventuais perdas resultantes da sua actividade, nomeadamente ao risco de realização do crédito concedido (nota n.º 24).

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, o crédito vincendo apresenta a seguinte estrutura por prazos residuais de vencimento:

	2003	2002
Até três meses	11 744 131	13 197 847
De três meses a um ano	35 891 664	40 409 685
De um a cinco anos	— 99 233 062	113 036 095
Mais de cinco anos	3 316 310	4 016 178
	<u>150 185 347</u>	<u>170 659 805</u>

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, o crédito e juros vencidos apresentam a seguinte estrutura por antiguidade de saldos:

	2003	2002
Até três meses	818 682	747 057
De três meses a um ano	2 778 670	2 467 275
De um a cinco anos	2 491 381	4 099 011
Mais de cinco anos	187 701	744 879
	<u>6 276 434</u>	<u>8 058 222</u>

Em 31 de Dezembro de 2003, o crédito vincendo associado a contratos não rescindidos com crédito vencido há mais de 90 dias ascendia a 5 880 878 euros (5 706 744 euros em 31 de Dezembro de 2002).

18 — Débitos para com instituições de crédito:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2003	2002
À vista:		
Descobertos bancários	275 142	180 031
A prazo:		
Emprést. de curto prazo	72 481 108	74 953 603
Emprést. de médio e longo prazos	15 989 181	45 177 693
	<u>88 470 289</u>	<u>120 131 296</u>
	<u>88 745 431</u>	<u>120 311 327</u>

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, os empréstimos de curto prazo vencem juros à taxa média anual de 4% e 4,52% e vencem-se até Dezembro de 2004 e 2003, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, os empréstimos de médio e longo prazos vencem juros à taxa média anual de 4,58% e 4,99% e vencem-se até Dezembro e Maio de 2005, respectivamente.

24 — Movimento nas provisões:

O movimento ocorrido nas rubricas de provisões nos exercícios de 2003 e 2002 foi o seguinte:

	2003				
	Saldo em 31 de Dezembro de 2002	Dotações	Reposições	Utilizações	Saldo em 31 de Dezembro de 2003
Crédito e juros vencidos (nota n.º 14)	5 918 971	3 746 990	(1 579 250)	(4 025 803)	4 060 908
Créditos de cobrança duvidosa (nota n.º 14)	39 985	93 153	(51 838)	—	81 300
	<u>5 958 956</u>	<u>3 840 143</u>	<u>(1 631 088)</u>	<u>(4 025 803)</u>	<u>4 142 208</u>

	2003				
	Saldos em 31 de Dezembro de 2002	Dotações	Reposições	Utilizações	Saldos em 31 de Dezembro de 2003
Outras aplicações	—	141 155	(95 876)	(45 279)	—
Riscos gerais de crédito (nota n.º 14)	2 448 179	85 139	(395 103)	—	2 138
Fundo para riscos bancários gerais (nota n.º 14)	—	580 000	—	—	580 000
	<u>2 448 179</u>	<u>806 294</u>	<u>(490 979)</u>	<u>(45 279)</u>	<u>2 718 215</u>
	8 407 135	4 646 437	(2 122 067)	(4 071 082)	6 860 423

	2002				
	Saldos em 31 de Dezembro de 2001	Dotações	Reposições	Utilizações	Saldos em 31 de Dezembro de 2002
Crédito e juros vencidos	6 036 263	2 576 737	(1 099 616)	(1 594 413)	5 918 971
Créditos de cobrança duvide	24 368	56 029	(40 412)	—	39 985
	<u>6 060 631</u>	<u>2 632 766</u>	<u>(1 140 028)</u>	<u>(1 594 413)</u>	<u>5 958 956</u>
Outras aplicações	—	56 592	(38 377)	(18 215)	—
Riscos gerais de crédito	2 642 450	169 620	(363 891)	—	2 448 179
	<u>2 642 450</u>	<u>226 212</u>	<u>(402 268)</u>	<u>(18 215)</u>	<u>2 448 179</u>
	8 703 081	2 858 978	(1 542 296)	(1 612 628)	8 407 135

A provisão para outras aplicações é constituída para fazer face à desvalorização das viaturas retomadas pela Fiat Leasing como resultado do incumprimento de créditos concedidos. Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, não existiam quaisquer viaturas retomadas em balanço.

27 — Contas de regularização:

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2003	2002
Activo:		
Proveitos a receber:		
Juros a receber de crédito concedido	1 062 828	1 323 085
Outros	<u>189 243</u>	<u>130 816</u>
	1 252 071	1 453 901
Passivo:		
Juros a pagar:		
Empréstimos bancários	2 052 137	3 028 128
Depósitos	4 199	1 834
Fiat Distribuidora Portugal, S. A. (nota n.º 47)	<u>10 645</u>	<u>—</u>
Custos administrativos:		
Bónus volume	274 245	263 249
Gratificações a vendedores	39 764	261
Comparticipações em campanhas	19 250	37 762
Despesas com consultoria (notas n.ºs 39 e 47)	—	162 673
Outros	<u>106 887</u>	<u>125 060</u>
	2 507 127	3 618 967
Receitas com proveito diferido	<u>1 226 344</u>	<u>830 050</u>
	3 733 471	4 449 017

Em 31 de Dezembro de 2003, os juros a pagar à Fiat Distribuidora Portugal, S. A., dizem respeito:

A juros calculados entre a data de atribuição da matrícula e a data de formalização de novos contratos de *leasing*;

Ao juro bonificado dos empréstimos concedidos pela Fiat Distribuidora Portugal, S. A., relativos a *stock* de viaturas. A taxa de juro bonificada é variável consoante os contratos de *leasing* angariados pelos concessionários, sendo esta bonificação suportada pela Fiat Leasing.

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, a rubrica de Bónus volume, refere-se aos incentivos a pagar a concessionários, decorrentes do volume de vendas obtido por estes nos meses de Novembro e Dezembro.

Em 31 de Dezembro de 2002, a rubrica de despesas com consultoria, respeita à previsão do montante a pagar por serviços de consultoria da Fidis, SpA. Este montante foi registado por contrapartida das rubricas da demonstração dos resultados de outros gastos administrativos — consultoria, no montante de 146 647 euros (notas n.ºs 53 e 47) e outros impostos no montante de 16 026 euros (nota n.º 47).

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, a rubrica de receitas com proveito diferido, inclui os montantes de 1 210 800 euros e 814 632 euros, respectivamente, relativos à comparticipação da Fiat Auto Portuguesa, S. A. (Fiat Auto) nas campanhas realizadas pela Fiat Crédito e pela Fiat Leasing.

As comparticipações da Fiat Auto são recebidas no início do contrato e diferidas pelo seu período de duração de forma degressiva. No exercício

de 2003 e 2002, a sociedade reconheceu em proveitos na rubrica de juros e proveitos equiparados — de campanhas, os montantes de 468 411 euros e 271 892 euros, respectivamente (nota n.º 52).

31 — Outros activos e outros passivos:

Esta rubricas têm a seguinte composição:

	2003	2002
Outros activos:		
IVA a recuperar	86 587	854 949
Devedores diversos:		
Fiat Distribuidora Portugal, S. A. (nota n.º 47)	152 106	923 642
Fiat Auto Portuguesa, S. A. (nota n.º 47)	119 737	38 968
Fidis Retail Portugal, S. A. (nota n.º 47)	106 237	—
Rescisões de contratos de locação financeira	66 528	65 015
Antecipações de contratos	43 039	—
Contratos de locação financeira — 1.ª renda	19 500	—
Outros	145 817	287 505
	739 551	2 170 079

Em 31 de Dezembro de 2003, o saldo a receber da Fiat Distribuidora Portugal, S. A., respeita, essencialmente, a adiantamentos realizados por conta de novos contratos.

Em 31 de Dezembro de 2003, o valor a receber da Fiat Auto Portuguesa, S. A., respeita à comparticipação desta entidade nas campanhas realizadas pela Fiat Crédito e pela Fiat Leasing.

Em 31 de Dezembro de 2003, a rubrica Tidis Retail Portugal, S. A., representa um adiantamento realizado pela Fiat Crédito por conta de serviços a prestar de acordo com contrato de prestação de serviços celebrado (nota n.º 53).

A rubrica de rescisões de contratos de locação financeira, corresponde a valores facturados a clientes pela finalização ou rescisão dos contratos de locação financeira. Em 31 de Dezembro de 2003, esta rubrica apresenta a seguinte estrutura por antiguidade de saldos:

Até três meses	19 443
De três meses a um ano	16 031
De um ano a cinco anos	30 425
Mais de cinco anos	629
	66 528

	2003	2002
Outros passivos:		
Fornecedores	39 822	94 466
Credores diversos:		
Fiat Distribuidora Portugal, S. A. (nota 47)	189 008	34 446
GE Financial Insurance Portugal	128 313	227 848
Recebimentos parcelares de crédito concedido	42 617	135 095
Outros	160 488	78 560
Provisão para imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC) relativo ao:		
Exercício de 2000	1 265	1 265
Exercício de 2001	1 860 748	1 860 748
Exercício de 2002 (nota n.º 41)	3 620 475	3 620 475
Fiat Auto Portuguesa, S. A. (nota n.º 47)	5 482 488	5 482 488
IRC a pagar relativo ao exercício de 2003 (nota n.º 41)	3 520 127	—
Retenções na fonte de impostos	85 124	102 154
	3 605 251	102 154
	9 647 987	6 155 057

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, a rubrica de Fiat Distribuidora Portugal, S. A., (Fiat Distribuidora) diz respeito ao montante a entregar a esta entidade relativo ao pagamento das viaturas objecto de contratos de crédito e de leasing efectuados. A Fiat Distribuidora é a responsável pela alienação das viaturas aos concessionários recebendo da sociedade o valor do financiamento dos mesmos e dos concessionários a diferença face ao valor de venda.

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, a rubrica de recebimentos parcelares de crédito concedido, refere-se a recebimentos parciais de prestações de clientes, as quais ainda não foram deduzidas aos respectivos valores em dívida.

Em 31 de Dezembro de 2003, a Fiat Crédito e a sua subsidiária ainda não tinha efectuado a regularização do valor da provisão para IRC relativo aos exercícios de 2000 a 2002. Nestes exercícios a Fiat

Crédito e a Fiat Leasing eram tributadas segundo o regime de tributação de grupos de sociedades, sendo o montante de IRC apurado contabilizado como um valor a pagar à Fiat Auto Portuguesa, S. A., entidade na qual era efectuada a consolidação fiscal (nota n.º 41).

38 — Proveitos por mercados geográficos e linhas de negócio:

Todos os proveitos gerados pela actividade da Fiat Crédito e da Fiat Leasing no exercício de 2003 resultaram de operações realizadas em Portugal.

Por outro lado, no que se refere ao modelo de segmentação por linhas de negócio anexo à instrução n.º 4/96, do Banco de Portugal, a actividade da Fiat Crédito e da Fiat Leasing enquadra-se no âmbito da categoria denominada de Banca Comercial.

39 — Outros custos e proveitos de exploração, ganhos e perdas extraordinários:

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2003	2002
Outros custos de exploração:		
Comparticipação em campanhas de promoção	401 462	851 039
Quotizações e donativos	8 380	10 973
Outros	36 113	4 904
	<u>445 955</u>	<u>866 916</u>
Outros proveitos de exploração:		
Reembolso de despesas	1 658 294	1 581 066
Prestação de serviços diversos:		
Despesas com estudo de processos	544 641	508 868
Penalizações campanhas	529 293	429 729
Despesas de contrato	6 998	9 618
Outros	22 187	16 187
Reservas de propriedade	23 524	31 939
Mais-valia em bens adquiridos e recuperados	10 679	1 950
Recuperação de crédito:		
Capital	254 469	34 740
Juros e outras despesas	80 992	13 570
Outros	56 729	36 661
	<u>3 187 806</u>	<u>2 664 328</u>
Perdas extraordinárias:		
Perdas relativas a exercícios anteriores	151 204	12 599
Outros	318	34
	<u>151 522</u>	<u>12 633</u>
Ganhos extraordinários:		
Ganhos relativos a exercícios anteriores	208 669	13 675
Indemnizações por incumprimentos de contratos	7 479	2 045
Outros	1 249	6 904
	<u>217 397</u>	<u>22 624</u>

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, a rubrica de participação em campanhas de promoção, refere-se ao custo suportado pela Fiat Crédito e pela Fiat Leasing em campanhas promocionais.

A rubrica de reembolso de despesas, inclui os valores pagos pela GE Financial Insurance em função dos seguros de crédito associados aos respectivos contratos de crédito (em 31 Dezembro de 2003 e 2002, 820 629 euros e 1 046 048 euros, respectivamente). Estes valores são contabilizados consoante os contratos atribuídos no decurso de cada mês.

Esta rubrica inclui ainda o valor cobrado por cada atraso no pagamento de prestações no montante de 25 euros (em 31 Dezembro de 2003 e 2002, 698 060 euros e 500 559 euros, respectivamente). Este valor apenas é registado quando recebido.

Em 31 de Dezembro de 2003, a rubrica de perdas relativas a exercícios anteriores, inclui um montante de 80 999 euros relativos a uma liquidação adicional do imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas referente ao exercício de 1999.

Em 31 de Dezembro de 2003, a rubrica de ganhos relativos a exercícios anteriores, inclui um montante de 162 673 euros respeitante à previsão do montante a pagar por serviços de consultoria da Fidis, SpA que não chegaram a ser realizados (notas n.ºs 27 e 47).

41 — Impostos sobre lucros:

A sociedade e a sua subsidiária estão sujeitas à tributação em sede de imposto sobre o rendimento de pessoas colectivas (IRC) e correspondente derrama.

Com efeitos a partir de 1995 a sociedade e a sua subsidiária passaram a ser tributadas em regime de lucro consolidado, por autorização

obtida ao abrigo do artigo 63.º do Código do IRC. A partir do exercício de 2000 e até ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2002 a consolidação fiscal passou a ser realizada na esfera da Fiat Auto Portuguesa, S. A.

No exercício de 2003, em virtude da Fiat Auto Portuguesa, S. A., ter alienado a sua participação no capital da Fiat Crédito à Fidis Retail Itália, SpA a sociedade e a sua subsidiária passaram a ser tributadas de forma individual.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais podem ser objecto de revisão por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos ou pelo prazo de reporte dos prejuízos fiscais existentes (durante 10 anos para a segurança social até ao exercício de 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001).

Em virtude desta regra, as declarações fiscais da sociedade e da sua subsidiária respeitantes aos exercícios de 2000 a 2003 poderão vir ainda a ser revistas.

Adicionalmente, e de acordo com o artigo 58.º do Código do IRC, a Direcção-Geral das Contribuições e Impostos poderá efectuar as correcções necessárias para a determinação do lucro tributável, sempre que, em virtude de relações especiais entre o contribuinte e outra pessoa, sujeita ou não a IRC, tenham sido estabelecidas condições diferentes das que seriam normalmente acordadas entre pessoas independentes, conduzindo a que o resultado apurado com base na contabilidade seja diverso do que se apuraria na ausência dessas relações.

Na opinião do conselho de administração da sociedade, não é previsível qualquer liquidação adicional relativamente aos exercícios atrás referidos.

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, o montante relativo a IRC a pagar foi apurado da seguinte forma:

	2003		
	Fiat Crédito	Fiat Leasing	Total
Imposto sobre o lucro do exercício	3 533 434	52 500	3 585 934
Pagamentos por conta de IRC	(61 500)	(4 023)	(65 523)
Retenções na fonte	(349)	65	(284)
IRC a pagar (nota n.º 31)	3 471 585	48 542	3 520 127

	2003		
	Fiat Crédito	Fiat Leasing	Total
Imposto sobre o lucro do exercício	3 577 304	45 369	3 622 673
Pagamentos por conta de IRC	(748)	(748)	(1 496)
Retenções na fonte	(591)	(111)	(702)
IRC a pagar (nota n.º 31)	3 575 965	44 510	3 620 475

42 — Taxa efectiva de imposto:

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, a percentagem da provisão para imposto sobre o resultado de exploração adicionado do saldo dos resultados extraordinários foi de 35,42% e 32,94%, respectivamente.

Apresenta-se a seguir a reconciliação da taxa de imposto.

	2003	2002
Resultado antes de imposto	10 124 311	10 996 461
Taxa nominal de imposto (percentagem)	33	33
Imposto esperado	3 341 023	3 628 832
Ajustamentos à colecta	244 911	(6 159)
Imposto sobre o rendimento do exercício	3 585 934	3 622 673

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, os principais componentes dos ajustamentos à colecta são os seguintes:

	2003	2002
Provisões não dedutíveis:		
Fundo para riscos bancários gerais	580 000	—
Riscos gerais de crédito	85 139	84 810
Liquidação adicional de imposto	80 999	—
Utilização de provisões tributadas	—	(107 242)
Outros	(3 984)	3 768
	742 154	(18 664)
Taxa nominal de imposto (percent.)	33	33
Ajustamentos à colecta	244 911	(6 159)

47 — Saldos e transacções com entidades relacionadas:

Os principais saldos e transacções de entidades relacionadas, eram:

	2003			
	Fidis Retail Itália	Fidis Retail Portugal	Fiat Auto	Fiat Distri- buidora
Outros activos (nota n.º 31)	—	106 237	119 737	152 106
Outros passivos (nota n.º 31)	—	—	5 482 488	189 008
Juros a pagar (nota n.º 27)	—	—	—	10 645
Receitas com proveito diferido (nota n.º 27)	—	—	1 210 800	—
Gastos gerais administrativos (nota n.º 53)	—	1 193 620	—	—
Juros e proveitos equiparados (nota n.º 52)	—	—	468 411	—
Proveitos e ganhos extraordinários (nota n.º 39)	162 673	—	—	—

	2002		
	Fidis Retail Itália	Fiat Auto	Fiat Distri- buidora
Outros activos (nota n.º 31)	—	38 968	923 642
Outros passivos (nota n.º 31)	—	5 482 488	34 446
Receitas com proveito diferido (nota n.º 27)	—	814 632	—
Contas de regularização do passivo (nota n.º 27)	162 673	—	—
Gastos gerais administrativos (nota n.º 53)	146 647	—	1 126 584
Impostos (nota n.º 27)	16 026	—	—
Juros e proveitos equiparados (nota n.º 52)	—	271 892	—

51 — Variação nas rubricas de capital próprio:

O movimento ocorrido nas rubricas de capital próprio durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, foi o seguinte:

	Capital	Reserva legal	Reservas livres	Total de reservas	Resultado líquido do exercício
Saldos em 31 de Dezembro de 2001	7 800 000	2 224 674	18 553 518	20 778 192	7 222 000
Transferência do lucro do exercício	—	722 200	6 499 800	7 222 000	(7 222 000)
Lucro líquido do exercício de 2002	—	—	—	—	7 373 788
Saldos em 31 de Dezembro de 2002	7 800 000	2 946 874	25 053 318	28 000 192	7 373 788
Transferência do lucro do exercício	—	737 379	6 636 409	7 373 788	(7 373 788)
Outros	—	(3)	3	—	—
Lucro líquido do exercício de 2003	—	—	—	—	6 538 377
Saldos em 31 de Dezembro de 2003	7 800 000	3 684 250	31 689 730	35 373 980	6 538 377

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, o capital da Fiat Crédito encontra-se totalmente subscrito e realizado, estando representado por 1 560 000 acções, com o valor nominal de cinco euros cada.

Em 8 de Outubro de 2003, a Fiat Auto Portuguesa, S. A., que detinha 100% do capital da sociedade alienou à Fidis Retail Itália, SpA., a sua participação. Em virtude desta alienação, a 31 de Dezembro de 2003 a Fidis Retail Itália, SpA., era detentora de 100% do capital da sociedade.

Em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 201/2002, de 26 de Setembro, a sociedade e a sua subsidiária constituem um fundo de reserva legal até à concorrência do capital ou do somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. Para tal, é anualmente transferido para reserva legal uma fracção não inferior a 10% do resultado líquido do exercício, até perfazer o referido montante. Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

52 — Juros, custos e proveitos equiparados:

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2003	2002
Juros e custos equiparados:		
De empréstimos	4 711 763	6 483 431
Outros	62 335	19 068
	4 774 098	6 502 499
Juros e proveitos equiparados:		
Crédito concedido	18 650 036	22 060 313
Campanhas (notas n.ºs 27 e 47)	468 411	271 892
Disponibilidades	1 765	5 453
	19 120 212	22 337 658

53 — Outros gastos administrativos:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2003	2002
Fornecim. de terceiros (nota n.º 47)	11 902	173 004
Serviços de terceiros:		
Incentivos a concessão e vendedores	2 233 430	2 964 525
Fidis Retail Portugal, S. A. (nota n.º 47)	1 193 620	—
Serviço de recuperação de créditos	420 309	407 905
Trabalho independente	176 163	143 457
Comunicações e desp. de expedição	81 178	88 031
Despesas judiciais	74 034	69 800
Auditoria	71 972	22 517
Publicidade e edição	18 475	30 211
Segurança e vigilância (nota n.º 47)	314	40 040
Conserv. e reparação (nota n.º 47)	68	50 357
Custos com pessoal cedido (nota n.º 47)	—	938 217
Consultoria (notas n.ºs 27 e 47)	—	147 391
Outros	71 719	77 044
	4 353 184	5 152 499

Em 31 de Dezembro de 2003, a rubrica Fidis Retail Portugal, S. A., respeita ao valor anual a pagar a esta entidade, de acordo com o contrato de prestação de serviços celebrado no dia 8 de Outubro de 2003, relativo a serviços prestados à Fiat Crédito e à Fiat Leasing, nomeadamente a cedência de espaço e equipamento, serviços de conservação e reparação, serviços de segurança e vigilância e serviços administrativos, financeiros e de contabilidade.

Em 31 de Dezembro de 2002, a rubrica de custos com pessoal cedido, refere-se à imputação de custos efectuada pela Fiat Distribuidora Portugal, S. A., à sociedade decorrente do facto de esta não possuir trabalhadores afectos à sua actividade. Em 31 de Dezembro de 2003, o saldo desta rubrica é nulo em virtude do referido contrato de prestação de serviços celebrado com a Fidis Retail Portugal, S. A. A Fidis Retail Portugal, S. A., iniciou a actividade em 2003 como resultado de um processo de cisão da actividade de aluguer de longa duração da Fiat Distribuidora Portugal, S. A.

54 — Elementos de informação complementares ao balanço consolidado e a demonstração consolidada dos resultados (anexo a instrução n.º 71/96):

De acordo com o disposto no anexo à instrução n.º 71/96, do Banco de Portugal, são de seguida apresentados os elementos de informação complementares ao balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2003, e à demonstração consolidada dos resultados por naturezas para o exercício findo nesta data:

1 — O anexo às demonstrações financeiras consolidadas cumpre com o exigido no Plano de Contas para o Sistema Bancário, ao nível das contas individuais da sociedade e da Fiat Leasing, bem como inclui aquela informação em base consolidada, assim com as informações adicionais, solicitadas no anexo à instrução em referência, quando aplicáveis ou relevantes para as demonstrações financeiras consolidadas.

2 — A informação solicitada encontra-se descrita na nota n.º 3 deste anexo.

3 — Informação não aplicável à sociedade.

4 — A informação solicitada encontra-se descrita na nota introdutória deste anexo.

5 — A sede social da Fiat Leasing Portugal — Sociedade de Locação Financeira Mobiliária, S. A., está situada na Rua Tomás Ribeiro, 71, em Lisboa, sendo detida a 100% pela sociedade.

6 — Informação não aplicável à sociedade.

7 — Informação não aplicável à sociedade.

8 — Informação não aplicável à sociedade.

9 — Em geral, tanto as dívidas de activo como de passivo estão descritas nas notas n.ºs 14, 18 e 31 deste anexo e em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, o montante global das dívidas com prazos residuais superiores a cinco anos é o seguinte:

	2003	2002
Activo	3 316 310	4 016 178
Passivo	—	—

10 — Não existem compromissos financeiros que não estejam incluídos no balanço consolidado. Adicionalmente, não existem quaisquer compromissos em matéria de pensões de reforma e sobrevivência.

11 — A informação solicitada encontra-se descrita na nota n.º 38 deste anexo.

12 — Informação não aplicável à sociedade.

13 — Informação não aplicável à sociedade.

14 — A informação solicitada encontra-se descrita nas notas n.ºs 41 e 42 deste anexo.

15 — Informação não aplicável à sociedade.

16 — Os membros dos órgãos de administração e fiscalização, tanto da sociedade como da Fiat Leasing, não obtiveram nenhum adiantamento nem créditos durante o exercício de 2003.

17 — Todas as informações de natureza significativa são apresentadas neste anexo às demonstrações financeiras consolidadas e no relatório de gestão consolidado do exercício de 2003 preparado pelo conselho de administração da sociedade.

18 — Não existe qualquer omissão às informações referidas nos pontos 4 a 8 deste anexo.

55 — Eventos subsequentes:

Em conformidade com a deliberação com a assembleia geral de 30 de Janeiro de 2004, a sociedade pretende proceder a uma transformação na sua designação e objecto social, de modo a converter-se numa instituição financeira de crédito, figura jurídica instituída e regulada pelo Decreto-Lei n.º 186/2002 e que têm por objecto a prática das operações permitidas aos bancos, com excepção da recepção de depósitos.

De acordo com a referida transformação, a sociedade alterará a sua designação social para Fidis Retail Banco, Instituição Financeira de Crédito, S. A. e procederá a um aumento de capital por incorporação de reservas, através da emissão de 440 000 novas acções com o valor nominal de cinco euros cada.

Este aumento de capital social no montante de 2 200 000 euros é determinado pela necessidade das instituições financeiras de crédito não possuírem um capital inferior a 10 000 000 de euros, de acordo com o disposto na Portaria n.º 1403/2002.

Adicionalmente, a sociedade pretende realizar uma operação de fusão por incorporação da Fiat Leasing Portugal — Sociedade de Locação Financeira Mobiliária, S. A., entidade em que detém 100% do seu capital.

As referidas operações encontram-se pendentes de aprovação por parte do Banco de Portugal.

O Administrador-Delegado: *Vitantonio Addabbo*. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*.)

Certificação legal das contas

1 — *Introdução*. — Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Fiat Crédito Portugal, S.A. (sociedade), as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2003, que evidencia um total de 154 557 461 euros e capitais próprios de 49 712 357 euros, incluindo um resultado líquido de 6 538 377 euros, as demonstrações dos resultados consolidados por naturezas e de origem e aplicação de fundos consolidados do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

2 — *Responsabilidades*. — É da responsabilidade do conselho de administração da sociedade a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto de empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e a origem e aplicação dos seus fundos consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.

A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

3 — *Âmbito*. — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame inclui a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação. Este exame inclui igualmente a verificação das operações de consolidação e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas

as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

4 — *Reserva*. — Em 31 de Dezembro de 2002, a nossa estimativa das necessidades adicionais de provisões para fazer face aos potenciais problemas de realização da carteira de crédito ascendia a, aproximadamente, 2 395 800 euros.

No decurso do exercício de 2003, a sociedade e a sua subsidiária recuperaram esta insuficiência de provisões originada em anos anteriores, fruto da melhoria dos procedimentos de recuperação de crédito e do registo de provisões adicionais.

Consequentemente, o resultado consolidado do exercício findo em 31 de Dezembro de 2003 encontra-se subavaliado e as reservas consolidadas nessa data sobreavaliados em, aproximadamente, 2 395 800 euros, sem considerar o efeito fiscal.

5 — *Opinião*. — Em nossa opinião, excepto para o efeito do assunto descrito no ponto 4 acima, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no ponto 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Fiat Crédito Portugal, S. A., em 31 de Dezembro de 2003, bem como o resultado consolidado das suas operações e a origem e aplicação dos seus fundos consolidados para o exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector (nota n.º 3).

6 — *Ênfase*. — O balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2002 e as demonstrações dos resultados consolidados por naturezas e de origem e aplicação de fundos consolidados para o exercício então findo são apresentados de forma a dar cumprimento à legislação em vigor, nomeadamente para aprovação em assembleia geral, e aos requisitos de apresentação de contas determinados pelo Banco de Portugal. Estas demonstrações financeiras consolidadas foram por nós examinadas e a nossa opinião sobre as mesmas, expressa na certificação legal das contas datada de 20 de Fevereiro de 2003, inclui uma reserva relacionada com a situação mencionada no ponto 4 acima.

Lisboa, 26 de Fevereiro de 2004. — Magalhães, Neves & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A., representada por *Luís Augusto Gonçalves Magalhães*.

Relatório e parecer do conselho fiscal

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso relatório e parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas consolidadas da Fiat Crédito Portugal, S. A. (sociedade), relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, os quais são da responsabilidade do conselho de administração.

Acompanhámos com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a evolução da actividade da sociedade, bem como da empresa englobada na consolidação, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo estatutário em vigor tendo recebido do conselho de administração e dos diversos serviços da sociedade e da empresa englobada na consolidação as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2003, as demonstrações dos resultados consolidados por naturezas e de origem e aplicação de fundos consolidados para o exercício findo naquela data e o correspondente anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do relatório consolidado de gestão do exercício de 2003 preparado pelo conselho de administração.

Apreciamos igualmente o conteúdo da certificação legal das contas sobre as contas consolidadas, emitida pelo revisor oficial de contas, a qual damos a nossa concordância.

Face ao exposto, somos de opinião que, excepto quanto ao referido no ponto 4 da certificação legal das contas, as demonstrações financeiras consolidadas supra referidas e o relatório consolidado de gestão, estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, para efeitos de aprovação em assembleia geral.

Desejamos ainda manifestar ao conselho de administração e aos serviços da Sociedade e da empresa participada o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 26 de Fevereiro de 2004. — O Conselho Fiscal: *José Diogo Horta Osório*, presidente — *Ana Isabel Marques*, vogal — *Magalhães, Neves & Associados* — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Luís Augusto Gonçalves Magalhães*, vogal.

Acta de assembleia-geral de aprovação de contas realizada em 30 de Março de 2004

Aos 30 dias do mês de Março de 2004, pelas 10 horas, na sede social, reuniu a assembleia geral anual da Fiat Crédito Portugal, S. A., que reúne como assembleia universal, sem observância de formalidades prévias, por ser essa a vontade manifestada pela accionista única a Fidis Retail Itália, SpA., que assim quis que se constituísse e deliberasse sobre os seguintes assuntos:

- 1.º Deliberar sobre o relatório de gestão e as contas do exercício de 2003;
- 2.º Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;
- 3.º Apreciação geral da administração e fiscalização;
- 4.º Deliberar sobre o relatório consolidado de gestão e contas consolidadas;
- 5.º Apreciação geral da administração relativamente à gestão consolidada;
- 6.º Nomeação dos órgãos sociais para o quadriénio de 2004-2007.

O presidente da mesa declarou abertos os trabalhos e, no âmbito do ponto 1.º, deu a palavra ao administrador-delegado, Dr. Vitantonio Addabbo que produziu sobre os documentos em apreço as considerações e os esclarecimentos complementares aos que resultam do relatório de gestão do exercício.

O presidente da mesa pôs à votação o relatório de gestão e as contas do exercício de 2003, que foram aprovadas pela única accionista.

No âmbito do ponto 2.º da ordem de trabalhos, foi aprovada pela accionista única a proposta de que os resultados líquidos do exercício de 6 487 423, 63 euros, no montante de 648 742,36 euros em reservas legais e os restantes 5 838 681,27 euros em reservas livres.

No âmbito do ponto 3.º da ordem de trabalhos, procedeu-se à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade no dito exercício, a qual foi pela assembleia valorada positivamente, com um voto de louvor aos respectivos órgãos.

No âmbito do ponto 4.º, o presidente da mesa deu a palavra ao administrador-delegado para prestar esclarecimentos complementares sobre os documentos referidos no quarto assunto, após o que a accionista única aprovou o relatório consolidado de gestão e as contas consolidadas do exercício em apreço.

No âmbito do ponto 5.º, passou-se à fiscalização, digo, apreciação geral da administração e fiscalização relativamente à gestão consolidada e às contas consolidadas do exercício em apreço, as quais forma pela accionista única valoradas positivamente, com a aprovação por ela de um voto de louvor aos respectivos órgãos.

No âmbito do 6.º e último ponto, foi posta à votação e aprovada a composição dos órgãos sociais, para o quadriénio de 2004-2007, tendo os mesmos ficado assim constituídos:

Mesa da assembleia geral:
Presidente: André Luiz Gomes.
Secretário: Elsa Sousa Rodrigues.

Conselho de administração:

Presidente: Herbert Hutter.
Administrador-delegado: Vitantonio Addabbo.
Vogais:

Maurizio Leonardo Domenico Badoglio.
Joaquim Luiz Gomes.
Licínio José dos Santos Saraiva.
Alberto da Conceição Rosário.
Martin Moya Mendieta.

Conselho fiscal:

Presidente: Diogo José Horta Osório.

Vogais:

Ana Isabel Marques.
Magalhães, Neves e Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por Luís Augusto Gonçalves Magalhães.

Vogal suplente: António Dias e Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por António Marques Dias.

Nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada a reunião da qual foi lavrada presente acta que vai ser assinada pelos presidente e secretário da mesa.

(Sem assinaturas.)

2007483378

NEXPART, SGPS, S. A.

Relatório n.º 13-F/2007

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (2.ª Secção). Matrícula n.º 10 903/20010117; identificação de pessoa colectiva n.º 505253003; número e data da inscrição: 7/3 de Novembro de 2005.

Ana Maria Figueiredo, primeira-ajudante da Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (2.ª Secção):

Certifica, que as cópias em anexo são a reprodução integral dos documentos arquivados na pasta respectiva, referente à prestação de contas, da sociedade em epígrafe do ano de 2004.

Está conforme o original.

Lisboa, 12 Dezembro 2005. — A Primeira-Ajudante, *Ana Maria Figueiredo*.

Relatório e contas de 2004

Órgãos sociais

Assembleia geral:

Presidente: Vítor Castro Nunes.
Secretários:

Filipe de Lacerda Baião do Nascimento.
Marianela Catarino Cordeiro de Sousa Meireles.

Administração:

Presidente: José de Oliveira Costa.
Vogais:

António Coelho Marinho.
Fernando Soares Ferreira.

Fiscal único:

J. Monteiro & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.ª, efectivo.
Salvador Figueiredo Vás Lima, revisor oficial de contas, suplente.

Relatório de gestão

Ex.mos Srs. Accionistas:

Nos termos da lei e dos estatutos, vem a administração da Nexpart, SGPS, S. A., submeter à apreciação de VV. Ex.ªs o relatório de gestão da actividade e as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2004.

Enquadramento económico

Em 2004, estima-se que o PIB Português tenha tido um crescimento entre 1% a 1,5%, face a uma quebra de 1,2% em 2003. Este crescimento deve-se sobretudo à *performance* registada no primeiro semestre, alicerçada em factores duradouros como uma procura externa forte, mas também devido à realização do Euro 2004 no nosso país.

Já no segundo semestre o PIB tem mesmo diminuído devido a factores como a valorização do euro face ao dólar, com impacto negativo nas exportações, bem como à escalada do preço do petróleo, entretanto invertida em Novembro último.

Os dados disponíveis apontam para uma contribuição significativa da procura interna para o crescimento do PIB, de cerca de 1,9 pontos percentuais, após uma queda de 2,8% verificada em 2003. Esse crescimento da procura interna deve-se principalmente ao aumento do consumo privado, na ordem dos 2%, enquanto o consumo público registou uma subida de cerca de meio ponto percentual.

O défice da balança comercial continuou a aumentar durante o ano de 2004, devido a um aumento das importações superior ao das exportações, contribuindo fortemente para o agravamento do défice da balança corrente (6,3% do PIB em 2004 contra 5,1% no ano anterior).

A taxa de desemprego teve um ligeiro aumento passando de 6,3% em 2003 para 6,5%.

A inflação média anual em 2004 deverá rondar os 2,5%, contra 3,3% em 2003, aproximando-se agora mais da média dos países da União Europeia (cerca de 2,1%).

Actividade da sociedade

A sociedade foi constituída por escritura pública em 15 de Dezembro de 2000 e tem por objecto a gestão de participações sociais de outras sociedades como forma indirecta de exercício de actividade económica.

Em 23 de Fevereiro de 2004 foi realizado um aumento de capital no montante de 6 100 000 euros, tendo o capital social da sociedade passado para 6 150 000 euros.

Resultado do exercício

O resultado líquido do exercício foi positivo em 12 012,81 euros.

Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

Após o termo do exercício e até à presente data, não ocorreram factos relevantes que possam alterar os pressupostos na base dos quais este documento é produzido.

Perspectivas para o exercício de 2005

Prevê-se que no próximo exercício a sociedade continue a exercer de forma continuada o seu objecto social.

Proposta de aplicação de resultados

Após a afectação de parte dos resultados para reserva legal, no montante de 600,64 euros, propõem-se o remanescente seja transferido para resultados transitados no montante de 11 412,17 euros, finalmente propõe-se que sejam distribuídos dividendos no valor de 615 000 euros com recurso aos resultados transitados, que correspondem a 10% do capital social.

Considerações finais

Cumprir informar que não existiam, à data do encerramento das contas, dívidas em mora perante a segurança social ou perante o Estado e outros entes públicos.

Lisboa, 1 Março de 2005. — A Administração: *José de Oliveira Costa*, presidente — *António Coelho Marinho*, vogal — *Fernando Soares Ferreira*, vogal.

Anexo ao relatório do conselho de administração

Em cumprimento do n.º 5 do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais, cumpre-nos informar o seguinte:

	Quantidade
Assembleia geral:	
Acções detidas em 1 de Janeiro de 2004:	
Marianela Catarino Cordeiro de Sousa Meireles	—
Acções detidas em 31 de Dezembro de 2004:	
Marianela Catarino Cordeiro de Sousa Meireles	11 264
Conselho de administração:	
Acções detidas em 1 de Janeiro de 2004:	
José de Oliveira Costa	—
António Coelho Marinho	—
Fernando Soares Ferreira	—
Acções detidas em 31 de Dezembro de 2004:	
José de Oliveira Costa	590 428
António Coelho Marinho	599 828
Fernando Soares Ferreira	14 000

Restantes órgãos:

De resto, nem o presidente da mesa da assembleia geral Vítor Castro Nunes ou o Secretário Filipe de Lacerda Baião Nascimento, nem o fiscal único efectivo ou suplente, foram titulares, durante todo o exercício de 2004, de quaisquer acções representativas do capital social da sociedade, não lhes sendo aplicáveis as previsões dos n.ºs 2 e 3 do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais.

Durante todo o exercício de 2004 e até à presente data, a sociedade não procedeu à emissão de obrigações de qualquer natureza.

A Administração: *José de Oliveira Costa*, presidente — *António Coelho Marinho*, vogal — *Fernando Soares Ferreira*, vogal.

Balanço em 31 de Dezembro de 2004

ACTIVO

		(Em euros)		
Código das contas		Ano		
		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido
				Ano anterior (líquido)
	Imobilizado:			
	Imobilizações incorpóreas:			
	Despesas de instalação	33 980,37	11 703,20	22 277,17
432	Despesas de investig. e de desenvolvim.	—	—	—
433	Propriedade industrial e outros direitos	—	—	—
434	Trespases	—	—	—
441/6	Imobilizações em curso	—	—	—
449	Adiant. por conta de imobiliz. incorpóreas	—	—	—
		<u>33 980,37</u>	<u>11 703,20</u>	<u>22 277,17</u>
				—

(Em euros)

Código das contas		Ano			Ano anterior (líquido)
		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	
Imobilizações corpóreas:					
421	Terrenos e recursos naturais	—	—	—	—
422	Edifícios e outras construções	—	—	—	—
423	Equipamento básico	—	—	—	—
424	Equipamento de transporte	—	—	—	—
425	Ferramentas e utensílios	—	—	—	—
426	Equipamento administrativo	—	—	—	—
427	Taras e vasilhame	—	—	—	—
429	Outras imobilizações corpóreas	—	—	—	—
441/6	Imobilizações em curso	—	—	—	—
448	Adiant. por conta de imobiliz. corpóreas	—	—	—	—
		—	—	—	—
Investimentos financeiros:					
4111	Partes de capital em empresas do Grupo	—	—	—	—
4121+4131	Empréstimos a empresas do Grupo	—	—	—	—
4112	Partes de capital em empresas associadas	—	—	—	—
4122+4132	Empréstimos a empresas associadas	—	—	—	—
4113+414+415	Títulos e outras aplicações financeiras	11 864 226,38	11 864 226,38	1 286 832,20	—
4123+4133	Outros empréstimos concedidos	—	—	—	—
441/6	Imobilizações em curso	—	—	—	—
447	Adiant. por conta de investim. financeiros ...	—	—	—	—
		11 864 226,38	—	11 864 226,38	1 286 832,20
Circulante:					
Existências:					
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	—	—	—	—
35	Produtos e trabalhos em curso	—	—	—	—
34	Subprodutos, desperdí., resíduos e refugos	—	—	—	—
33	Produtos acabados e intermédios	—	—	—	—
32	Mercadorias	—	—	—	—
37	Adiantamentos por conta de compras	—	—	—	—
		—	—	—	—
Dívidas de terceiros — médio e longo prazos					
		—	—	—	—
Dívidas de terceiros — Curto prazo:					
211	Clientes, c/c	—	—	—	—
212	Clientes — Títulos a receber	—	—	—	—
213	Clientes de cobrança duvidosa	—	—	—	—
252	Empresas do grupo	—	—	—	—
253+254	Empresas participadas e participantes	—	—	—	—
251+255	Outros accionistas (sócios)	—	—	—	—
229	Adiantamentos a fornecedores	—	—	—	—
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	—	—	—	—
24	Estado e outros entes públicos	3 009,12	—	3 009,12	1 748,80
62+266/7/8+221	Outros devedores	—	—	—	—
264	Subscritores de capital	—	—	—	—
		3 009,12	—	3 009,12	1 748,80
Títulos negociáveis:					
1511	Ações em empresas do Grupo	—	—	—	—
1521	Obrig. e tít. de partic. em empresas do Grupo	—	—	—	—
1512	Ações em empresas associadas	—	—	—	—
1522	Obrig. e tít. de partic. em empresas associadas	—	—	—	—
1513+1523+153/9	Outros títulos negociáveis	—	—	—	—
18	Outras aplicações de tesouraria	—	—	—	—
		—	—	—	—
Depósitos bancários e caixa:					
12+13+14	Depósitos bancários	526 373,84		526 373,84	132 697,69
11	Caixa	—		—	—
		526 373,84		526 373,84	132 697,69

(Em euros)

Código das contas		Ano			Ano anterior (líquido)
		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	
	Acréscimos e diferimentos:				
271	Acréscimos de proveitos	—		—	—
272	Custos diferidos	—		—	—
2761	Activos por impostos diferidos	—		—	—
		—		—	—
	<i>Total de amortizações</i>		11 703,20		
	<i>Total de provisões</i>		—		
	<i>Total do activo</i>	12 427 589,71	11 703,20	12 415 886,51	1 421 278,69

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO

Código das contas		2004	2003
	Capital próprio:		
	Capital	6 150 000,00	50 000,00
	Acções (quotas) próprias — Valor nominal	—	—
	Acções (quotas) próprias — Descontos e prémios	—	—
53	Prestações suplementares	—	—
54	Prémios de emissão de acções (quotas)	4 880 000,00	—
55	Ajustamento de partes de capital em filiais e associadas	—	—
56	Reservas de reavaliação	—	—
	Reservas:		
571	Reservas legais	77 074,88	—
572	Reservas estatutárias	—	—
573	Reservas contratuais	—	—
574 a 579	Outras reservas	—	—
59	Resultados transitados	1 294 198,82	— 170 223,91
	<i>Subtotal</i>	12 401 273,70	— 120 223,91
88	Resultado líquido do exercício	12 012,81	1 541 497,61
89	Dividendos antecipados	—	—
	<i>Total do capital próprio</i>	12 413 286,51	1 421 273,70
	Passivo:		
	Provisões para riscos e encargos:		
291	Provisões para pensões	—	—
292	Provisões para impostos	—	—
293/8	Outras provisões para riscos e encargos	—	—
		—	—
	Dívidas a terceiros — médio e longo prazos	—	—
	Dívidas a terceiros — curto prazo:		
	Empréstimos por obrigações:		
2331	Convertíveis	—	—
2322	Não convertíveis	—	—
233	Empréstimos por títulos de participação	—	—
231+12	Dívidas a instituições de crédito	—	—
269	Adiantamentos por conta de vendas	—	—
221	Fornecedores, c/c	—	—
228	Fornecedores — Facturas em recepção e conferência	—	—
222	Fornecedores — Títulos a pagar	—	—
2612	Fornecedores de imobilizado — Títulos a pagar	—	—
252	Empresas do Grupo	—	—
253+254	Empresas participadas e participantes	—	—
251+255	Outros accionistas (sócios)	—	—

(Em euros)

Código das contas		2004	2003
219	Adiantamentos de clientes	—	—
239	Outros empréstimos obtidos	—	—
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	—	—
24	Estado e outros entes públicos	—	—
262/3/4/5/7/8+211	Outros credores	—	4,99
		—	4,99
Acréscimos e diferimentos:			
273	Acréscimos de custos	2 600,00	—
274	Proveitos diferidos	—	—
2762	Passivos por impostos diferidos	—	—
		2 600,00	—
	<i>Total do passivo</i>	2 600,00	4,99
	<i>Total do capital próprio e do passivo</i>	12 415 886,51	1 421 278,69

A Administração: José de Oliveira Costa, presidente — António Coelho Marinho, vogal — Fernando Soares Ferreira, vogal. — A Técnica Oficial de Contas, Micaela Coelho.

Demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 2004

CUSTOS E PERDAS

Código das contas		2004	2003
61	Custo das mercadorias vendidas e mat. consumidas:		
	Mercadorias	—	—
	Matérias	—	—
62	Fornecimentos e serviços externos	37 191,63	3 011,53
	Custos com o pessoal:		
641+612	Remunerações	—	—
643+644	Encargos sociais:		
	Pensões	—	—
645/8	Outros	—	—
66	Amortiz. do imobiliz. corpóreo e incorpóreo	11 136,91	188,81
67	Provisões	—	—
		11 136,91	188,81
63	Impostos	5 763,65	13 304,79
65	Outros custos e perdas operacionais	—	—
		5 763,65	13 304,79
	(A)	54 092,19	16 505,13
682	Perdas em empresas do Grupo e associadas	—	—
683+684	Amortiz. e provisões de aplic. e investi. financeiros	—	—
(2)	Juros e custos similares:		
	Relativos a empresas do Grupo	—	—
	Outros	1 297,74	138 652,28
		1 297,74	138 652,28
	(C)	55 389,93	155 157,41
69	Custos e perdas extraordinários	—	200,02
	(E)	55 389,93	155 347,43
86	Impostos sobre o rendimento do exercício	—	—
	(G)	55 389,93	155 357,42
88	Resultado líquido do exercício	12 012,81	1 541 497,61
		67 402 74	1 696 855,04

PROVEITOS E GANHOS

Código das contas		2004	2003
71	Vendas:		
	Mercadorias	—	—
	Produtos	—	—
72	Prestações de serviços	—	—

(Em euros)

Código das contas		2004	2003
(3)	Variação da produção	—	—
75	Trabalhos para a própria empresa	33 414,08	—
73	Proveitos suplementares	—	—
74	Subsídios à exploração	—	—
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	—	—
	(B)	33 414,08	—
782	Ganhos em empresas do Grupo e associadas	—	—
784	Rendimentos de participações de capital	—	—
(4)	Rendimentos de títulos negociáveis e de outras aplicações financeiras:		
	Relativos a empresas do Grupo	—	—
	Outros	—	—
(5)	Outros juros e proveitos similares:		
	Relativos a empresas do Grupo	—	—
	Outros	51,58	1 696 855,01
	(D)	33 465,66	1 696 855,01
79	Proveitos e ganhos extraordinários	33 937,08	0,03
	(F)	67 402,74	1 696 855,04
Resumo:			
	Resultados operacionais (B)–(A) =	– 20 678,11	– 16 505,13
	Resultados financeiros (D–B)–(C–A) =	– 1 246,16	1 558 202,73
	Resultados correntes (D)–(C) =	– 21 924,27	1 541 697,60
	Resultados antes de impostos (F)–(E) =	12 012,81	1 541 497,61
	Resultado líquido do exercício (F)–(G) =	12 012,81	1 541 497,61

A Administração: José de Oliveira Costa, presidente — António Coelho Marinho, vogal — Fernando Soares Ferreira, vogal. — A Técnica Oficial de Contas, Micaela Coelho.

Demonstração dos fluxos de caixa em 31 de Dezembro de 2004

	2004	2003
Actividades operacionais:		
Pagamentos a fornecedores	(1 178)	(3 010)
Outros recebimentos e pagamentos relativos à actividade operacional	(6 977)	67 474
Recebimentos e pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	—	(200)
<i>Fluxos das actividades operacionais</i>	<u>(8 155)</u>	<u>64 264</u>
Actividades de investimento:		
Pagamentos respeitantes a imobilizações incorpóreas	(33 414)	—
Pagamentos respeitantes a investimentos financeiros	(10 651 457)	—
Recebimentos respeitantes a investimentos financeiros	108 000	5 400 000
<i>Fluxos das actividades de investimento</i>	<u>(10 576 871)</u>	<u>5 400 000</u>
Actividades de financiamento:		
Pagamentos respeitantes a juros e custos similares	(1 298)	(1 125)
Pagamentos respeitantes a empréstimos obtidos	—	(312)
Pagamentos respeitantes a devoluções de suprimentos e juros	—	(5 330 130)
Recebimentos provenientes de aumento de capital, prestações suplementares e prémios emissão	10 980 000	—
<i>Fluxo das actividades de financiamento</i>	<u>10 978 702</u>	<u>(5 331 567)</u>
	<u>393 676</u>	<u>132 698</u>
Caixa e equivalentes no início do período	132 698	—
Caixa e equivalentes no fim do período	526 374	132 698
Variação de caixa e equivalentes	393 676	132 698

A Administração: José de Oliveira Costa, presidente — António Coelho Marinho, vogal — Fernando Soares Ferreira, vogal. — A Técnica Oficial de Contas, Micaela Coelho.

Anexo ao balanço e à demonstração de resultados em 31 de Dezembro de 2004

(Valores expressos em euros)

1 — Nota introdutória:

As notas que se seguem respeitam à numeração definida no Plano Oficial de Contabilidade (POC). As notas cuja numeração não figura neste anexo ou não são aplicáveis ou a sua divulgação não é relevante para a apreciação das demonstrações financeiras.

2 — Actividade:

A sociedade foi constituída por escritura pública em 15 Dezembro de 2000, e tem por objecto a gestão de participações sociais de outras empresas como forma indirecta do exercício de actividades económicas.

3 — Princípios contabilísticos e critérios valorimétricos:

a) *Geral.* — As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a convenção dos custos históricos e na base da continuidade das operações, em conformidade com os princípios contabilísticos fundamentais de prudência, consistência, especialização de exercícios, em todos os aspectos significativos, materialidade e substância sobre a forma.

b) *Imobilizações incorpóreas.* — As imobilizações incorpóreas são constituídas, pelas, despesas de constituição e aumentos de capital da sociedade.

As imobilizações incorpóreas estão mostradas ao valor de custo, líquido das amortizações acumuladas. Estas amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes às taxas máximas permitidas fiscalmente, durante o período de três anos.

c) *Acréscimos e diferimentos.* — Os proveitos e os custos são reconhecidos quando obtidos ou incorridos independentemente do seu recebimento ou pagamento.

d) *Investimentos financeiros.* — Os investimentos financeiros estão valorizados ao custo de aquisição. Quando se perspectivam perdas potenciais é registada uma provisão para investimentos financeiros.

6 — Imposto sobre o rendimento:

Imposto corrente:

A empresa encontra-se sujeita ao imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC) à taxa normal de 25%, acrescida de derrama à taxa máxima de 10%, conduzindo a uma taxa de imposto agregada máxima de 27,5%.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a segurança social, sendo que para as quotizações e contribuições relativas a exercícios anteriores a 2001 o prazo era de 10 anos), excepto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos. Consequentemente, as declarações fiscais da empresa dos exercícios de 2001 a 2004 poderão ainda ser sujeitas a revisão. O conselho de administração entende que eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2004.

Também de acordo com a legislação fiscal em vigor, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de seis anos após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período.

Impostos diferidos:

Não foram reconhecidos impostos diferidos activos ou passivos, dado que não existem situações que levem à contabilização.

7 — Pessoas ao serviço da empresa:

A empresa não dispõe de qualquer trabalhador nos seus quadros de pessoal.

8 — Despesas de instalação e despesas de investigação e desenvolvimento:

A rubrica de despesas de instalação inclui as despesas de constituição da sociedade.

10 — Imobilizações:

Activo bruto:

Rubricas	Saldo inicial	Reavaliação/ajustamento	Aumentos	Alienações	Transf. e abates	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:						
Despesas de instalação	566,29	—	33 414,08	—	—	33 980,37
Despesas de investigação e desenvolvimento	—	—	—	—	—	—
Propriedade industrial e outros direitos	—	—	—	—	—	—
Imobilizações em curso	—	—	—	—	—	—
Adiantam. por conta de imobiliz. incorpóreas	—	—	—	—	—	—
	<u>566,29</u>	<u>—</u>	<u>33 414,08</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>33 980,37</u>
Imobilizações corpóreas:						
Terrenos e recursos naturais	—	—	—	—	—	—
Edifícios e outras construções	—	—	—	—	—	—
Equipamento básico	—	—	—	—	—	—
Equipamento de transporte	—	—	—	—	—	—
Ferramentas e utensílios	—	—	—	—	—	—
Equipamento administrativo	—	—	—	—	—	—
Outras imobilizações corpóreas	—	—	—	—	—	—
Imobilizações em curso	—	—	—	—	—	—
Adiantam. por conta de imobiliz. corpóreas	—	—	—	—	—	—
	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>
Investimentos financeiros:						
Partes de capital em empresas do grupo	—	—	—	—	—	—
Empréstimos a empresas do grupo	—	—	—	—	—	—
Partes de capital em empresas associadas	—	—	—	—	—	—
Empréstimos a empresas associadas	—	—	—	—	—	—
Partes de capital em outras empresas	1 286 832,20	—	10 651 457,10	74 062,92	—	11 864 226,38
Empréstimos a outras empresas	—	—	—	—	—	—

Rubricas	Saldo inicial	Reavaliação/ajustamento	Aumentos	Alienações	Transf. e abates	Saldo final
Obrig. e tít. de particip. a empresas do grupo	—	—	—	—	—	—
Obrig. e tít. de participação a outras empresas ...	—	—	—	—	—	—
Investimentos em imóveis	—	—	—	—	—	—
Outras aplicações financeiras	—	—	—	—	—	—
Imobilizações em curso	—	—	—	—	—	—
Adiantam. por conta de investim. financeiros	—	—	—	—	—	—
	1 286 832,20	—	10 651 457,10	74 062,92	—	11 864 226,38

Amortizações e provisões:

Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Regula- lizações	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação	566,29	11 136,91	—	11 703,20
Despesas de investigação e de desenvolvimento	—	—	—	—
Propriedade industrial e outros direitos	—	—	—	—
Trespases	—	—	—	—
	566,29	11 136,91	—	11 703,20

Imobilizações corpóreas:

Terrenos e recursos naturais	—	—	—	—
Edifícios e outras construções	—	—	—	—
Equipamento básico	—	—	—	—
Equipamento de transporte	—	—	—	—
Ferramentas e utensílios	—	—	—	—
Equipamento administrativo	—	—	—	—
Taras e vasilhame	—	—	—	—
Outras imobilizações corpóreas	—	—	—	—
	—	—	—	—

Investimentos financeiros:

Títulos e outras aplicações financeiras	—	—	—	—
Outros empréstimos concedidos	—	—	—	—
	—	—	—	—

16 — Partes de capital em empresas do grupo:

Firma	Porcentagem de participação	Custo ou equivalência patrimonial	Ano	Capital próprio da partic.	RLE da participada
Partes de capital em empresas do grupo SLN — Sociedade Lusa de Negócios, SGPS, S. A.	1,34	11 819 920	2004	642 563 077	48 353 745

O investimento financeiro corresponde a 5 991 364 ações da SLN — Sociedade Lusa de Negócios, SGPS, S. A., que representam 1,34% do seu capital social.

Tal como referido na nota n.º 3, alínea d), o investimento financeiro é registado ao custo de: aquisição não se perspectivando quaisquer perdas potenciais.

35 — Aumento de capital:

O aumento do capital social de 6 100 000 euros verificado a 23 de Fevereiro de 2004, foi integralmente realizado em dinheiro.

36 — Capital — número de ações e valor nominal:

O capital está representado por 6 150 000 ações nominativas escriturais de um euro cada, integralmente subscrito e realizado.

38 — Subscrição de capital:

Foi realizado, no exercício de 2004, um aumento de capital através da emissão de 6 100 000 novas ações com o valor nominal de 1,8 euro cada, de que resultou um prémio de emissão de 4 880 000 euros.

40 — Movimentos nos capitais próprios:

	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
51 — Capital	50 000,00	6 100 000,00	—	6 150 000,00
52 — Ações (quotas) próprias:				
521 — Valor nominal	—	—	—	—
522 — Descontos e prémios	—	—	—	—
53 — Prestações suplementares	—	—	—	—
54 — Prémios de emissão de ações (quotas)	—	4 880 000,00	—	4 880 000,00

	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
55 — Ajustam. de partes de capital em empresas do grupo e associadas:				
551 — Ajustamentos de transição	—	—	—	—
552 — Lucros não atribuídos	—	—	—	—
553 — Outras variações nos capitais próprios	—	—	—	—
554 — Depreciações	—	—	—	—
56 — Reservas de reavaliação:	—	—	—	—
57 — Reservas:				
571 — Reservas legais	—	77 074,88	—	77 074,88
572 — Reservas estatutárias	—	—	—	—
573 — Reservas contratuais	—	—	—	—
574 — Reservas livres	—	—	—	—
575 — Subsídios	—	—	—	—
576 — Doações	—	—	—	—
59 — Resultados transitados	— 170 223,91	1 464 422,73	—	1 294 198,82
88 — Resultado líquido do exercício	1 541 497,61	12 012,81	1 541 497,61	12 012,81
89 — Dividendos antecipados	—	—	—	—
<i>Total do capital próprio</i>	<i>1 421 273,70</i>	<i>12 533 510,42</i>	<i>1 541 497,61</i>	<i>12 413 285,51</i>

Em conformidade com a legislação aplicável, a sociedade deverá constituir a reserva legal até o saldo atingir pelo menos 20% do capital social, transferindo anualmente para esta reserva um montante não inferior a 5% do lucro líquido do exercício. Esta reserva apenas pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou em aumentos de capital.

Os prémios de emissão que resultaram do ágio obtido no aumento de capital realizado no exercício de 2002 só podem ser utilizados em futuros aumentos de capital e cobertura de prejuízos.

43 — Remunerações dos órgãos sociais:

Não foram atribuídas quaisquer remunerações aos órgãos sociais no corrente exercício.

45 — Resultados financeiros:

CUSTOS E PERDAS

	2004	2003
681 — Juros suportados	1 297,74	138 652,28
682 — Perdas em empresas do grupo e associadas	—	—
683 — Amortizações de investimentos em imóveis	—	—
684 — Provisões para aplicações financeiras	—	—
685 — Diferenças de câmbios desfavoráveis	—	—
686 — Descontos de pronto pagamento concedidos	—	—
687 — Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	—	—
688 — Outros custos e perdas financeiros	—	—
Resultados financeiros	<u>— 1 246,16</u>	<u>1 558 202,73</u>
	51,58	1 696 855,01

PROVEITOS E GANHOS

	2004	2003
781 — Juros obtidos	51,58	1,21
782 — Ganhos em empresas do grupo e associadas	—	—
783 — Rendimentos de imóveis	—	—
784 — Rendimentos de participações de capital	—	—
785 — Diferenças de câmbio favoráveis	—	—
786 — Descontos de pronto pagamento obtidos	—	—
787 — Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	—	—
788 — Outros proveitos e ganhos financeiros	—	—
	<u>51,58</u>	<u>1 696 855,01</u>

46 — Resultados extraordinários:

CUSTOS E PERDAS

	2004	2003
691 — Donativos	—	—
692 — Dívidas incobráveis	—	—
693 — Perdas em existências	—	—

	2004	2003
694 — Perdas em imobilizações	—	—
695 — Multas e penalidades	—	—
696 — Aumentos de amortizações e provisões	—	—
637 — Correções relativas a exercícios anteriores	—	—
698 — Outros custos e perdas extraordinários	—	—
Resultados extraordinários	33 937,08	— 199,99
	33 937,08	0,03

PROVEITOS E GANHOS

	2004	2003
791 — Restituição de impostos	—	—
792 — Recuperação de dívidas	—	—
793 — Ganhos em existências	—	—
794 — Ganhos em imobilizações	33 937,08	—
795 — Benefícios de penalidades contratuais	—	—
796 — Reduções de amortizações e de provisões	—	—
797 — Correções relativas a exercícios anteriores	—	—
79B — Outros proveitos e ganhos extraordinários	—	—
	33 937,08	0,03

A rubrica de ganhos em imobilizações corresponde ao ganho obtido na alienação de 60 000 acções da Sociedade Lusa de Negócios, SGPS, S. A.

A Administração: *José de Oliveira Costa*, presidente — *António Coelho Marinho*, vogal — *Fernando Soares Ferreira*, vogal. — A Técnica Oficial de Contas, *Micaela Coelho*.

Certificação legal das contas

1 — *Introdução*. — Examinámos as demonstrações financeiras da NEXPART, SGPS, S. A., as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2004, (que evidencia um total de balanço de 12 415 887 euros e um total de capital próprio de 12 413 287 euros, incluindo um resultado líquido de 12 013 euros), a demonstração dos resultados por natureza, a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo ao balanço e à demonstração dos resultados.

2 — *Responsabilidades*. — É da responsabilidade da administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito*. — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes.

Para tanto, o referido exame incluiu:

A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela administração, utilizadas na sua preparação;

A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;

A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 — Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

6 — *Opinião*. — Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Nexpart, SGPS, S. A., em 31 de Dezembro de 2004, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Lisboa, 4 de Março de 2005. — J. Monteiro & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.^{da}, representada por *José Manuel Carlos Monteiro*.

Relatório e parecer do fiscal único

A fim de dar cumprimento aos estatutos e à legislação vigente, na qualidade de fiscal único, apresentamos o nosso relatório e parecer sobre as contas e o relatório de gestão apresentados pelo conselho de administração da NEXPART, SGPS, S. A., relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2004.

Analisámos o relatório de gestão do conselho de administração e as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, compreendendo o balanço, a demonstração dos resultados por natureza, a demonstração dos fluxos de caixa e o correspondente anexo com as respectivas notas explicativas.

Na qualidade de revisor oficial de contas, procedemos à emissão da certificação legal das contas, e do relatório anual sobre a fiscalização efectuada.

Nesta conformidade, entendemos que os documentos acima referidos permitem, quando lidos em conjunto, uma boa compreensão da situação financeira da NEXPART, SGPS, S. A., em 31 de Dezembro de 2004, satisfazendo as disposições legais e estatutárias. Como nos compete damos ainda o nosso acordo quanto aos critérios valorimétricos utilizados pela sociedade, que constam do anexo ao balanço e à demonstração dos resultados.

Nestes termos, o fiscal único é de parecer:

1.º Que sejam aprovados o relatório de gestão do conselho de administração, o balanço, a demonstração dos resultados, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2004.

2.º Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo conselho de administração.

Lisboa, 4 de Março de 2005. — O Fiscal Único, J. Monteiro & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.^{da}, representada por *José Manuel Carlos Monteiro*.

Acta n.º 8 da assembleia geral

Aos 27 dias do mês de Junho de 2005, pelas 10 horas, reuniu na respectiva sede social, sita na Avenida António Augusto de Aguiar, 132, em Lisboa, a assembleia geral anual da Nexpart, SGPS, S. A., pessoa colectiva n.º 505253003, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o n.º 10 903 e com o capital social de 6 150 000 euros, totalmente subscrito e realizado, a fim de discutir e deliberar sobre a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 — Deliberar sobre o relatório de gestão, balanço e demais documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2004;
- 2 — Deliberar sobre a aplicação dos resultados do exercício de 2004;
- 3 — Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade;
- 4 — Deliberar sobre a perda da qualidade de sociedade aberta.

Assumiu a presidência da mesa o respectivo presidente, o Dr. Victor Sérgio de Castro Nunes, que foi coadjuvado pelos secretários, a Dr.ª Marianela Catarino Cordeiro de Sousa Meireles e o Dr. Felipe de Lacerda Baião do Nascimento.

O presidente da mesa da assembleia geral iniciou a reunião dando nota da regularidade legal da convocação da assembleia geral por publicação da sua convocatória efectuada no jornal *Diário de Notícias*, em 23 de Maio e no *Diário da República*, em 25 de Maio de 2005.

Seguidamente, o presidente da mesa constatou, de acordo com a lista de presenças elaborada nos termos do artigo 382.º do Código das Sociedades Comerciais (que, devidamente assinada pelos accionistas ou pelos seus representantes, foi rubricada pelos membros da mesa da assembleia geral), bem como face a cartas de representação, que ficam arquivadas nos papéis da sociedade, que estavam presentes e/ou representados accionistas detentores de 97,527% do capital social, a que correspondem 5 997 900 acções e 5913 de voto, estando reunido o *quorum* necessário para a assembleia geral validamente reunir e deliberar sobre todos e cada um dos pontos da ordem de trabalhos. Constatou, também, ter sido remetida à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, cinco dias antes do respectivo envio aos accionistas, o documento tipo utilizado na solicitação de nosso objectivo, como accionistas da Nexpart — SGPS, S. A., que esta sociedade tivesse a qualidade de sociedade aberta ao investimento do público e consequentemente objecto de deveres de informação mais exigentes, aumentando os custos indirectos associados a esse factor.

c) Que é do interesse de todos os accionistas, onde me incluo, tomar a Nexpart — SGPS, S. A., numa sociedade economicamente eficiente e que para cumprir esse desiderato começemos por simplificar o seu funcionamento, aprovando a perda da sua qualidade de sociedade aberta. Propõe-se que:

«Seja aprovada a perda da qualidade de sociedade aberta da Nexpart SGPS, S. A., nos termos previstos na alínea b) do n.º 1 do artigo 27.º do Código de Valores Mobiliários.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade.

De seguida, pediu a palavra o vogal do conselho de administração, o Dr. António Coelho Marinho e no uso da mesma informou a assembleia que no seguimento da deliberação adoptada no ponto quatro da ordem de trabalhos a sociedade, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 3, do artigo 27.º, do Código dos Valores Mobiliários, indicava, com o consentimento do mesmo, o accionista Dr. José de Oliveira Costa para, no prazo três meses a contar do deferimento pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários da perda da qualidade de sociedade aberta ora deliberada, adquirir as acções dos accionistas que, não tendo votado favoravelmente alguma das deliberações, as pretendam alienar.

E nada mais havendo a deliberar e ninguém mais querendo usar da palavra, o presidente declarou encerrada a sessão pelas 11 horas.

E para que tudo conste, foi lavrada a presente acta que, depois de lida e aprovada, foi assinada pelos presidente e secretários da mesa da assembleia geral.

A Mesa da Assembleia Geral: *Victor Sérgio de Castro Nunes*, presidente — *Marianela Catarino Cordeiro de Sousa Meireles*, secretária — *Felipe de Lacerda Baião do Nascimento*, secretário.

2009877411

NORGRUPO — SOCIEDADE ADMINISTRADORA DE COMPRAS EM GRUPO, S. A.**Relatório n.º 13-G/2007**

Conservatória do Registo Comercial de Vila Nova de Gaia. Matrícula n.º 38 878; identificação de pessoa colectiva n.º 501544941; número e data da apresentação: 43/17 de Junho de 2004.

Certifico que foram depositados na respectiva pasta os documentos relativos à prestação de contas de 2003, referente à sociedade em epígrafe.

Vila Nova de Gaia, 21 de Julho de 2004. — A Ajudante, (*Assinatura ilegível.*)

Relatório e contas de 2003**Relatório do conselho de administração****1 — Actividade**

Gestão de Grupos:

Em 2003 verificou-se uma queda acentuada, mas previsível, das quotas de amortização e administração consubstanciando a finalização dos planos de pagamento da maioria dos participantes.

As dificuldades de manutenção da estrutura foram parcialmente superadas pela redução de salários dos administradores e de alguns colaboradores, e pelo recebimento da indemnização sobre a Formigosa de que eramos credores.

Entrega de bens:

Foram atribuídos bens no valor de 58 418,71 euros e entregues bens no valor de 355 042,85 euros.

O valor dos contratos em vigor por contemplar ascende ao valor de 1 269 784,82 euros.

Recuperação de débitos:

A 31 de Dezembro era de 59 o número de participantes a aguardar saldo do fundo comum ou contemplação.

A actuação principal da Norgrupo concentra-se na recuperação dos débitos de participantes já contemplados.

2 — Elementos relativos à gestão:

Ratio de disponibilidades/responsabilidades:

Disponibilidades de grupos: 247 213,11 euros;
Responsabilidades de grupos: 244 455,69 euros.

O *ratio* é de 101,11%.

Ratio de limites de volume de contratos:

O valor dos contratos em vigor é de 1 405 472 euros permitindo os fundos próprios actuais que esse valor atingisse os 72 246 314 euros.

Ratio de fundos próprios/imobilizado líquido:

Este *ratio* é de 131,58%, pois os fundos próprios são de 1 032 090,20 euros e os imobilizados líquidos são de 784 405,15 euros.

Grandes riscos:

A uma só entidade excedemos em relação à W.F. 240 627 euros.

3 — Considerações sobre as contas

Em 2003, os proveitos subiram de 444 579 euros para 641 326 euros, mas destes deverão ser expurgados os proveitos extraordinários de 171 202 euros, resultantes de uma mais-valia num imóvel, para que se possa fazer uma comparação directa, logo, 470 124 euros (crescimento de 5,7%).

Os custos passaram de 578 289 euros para 548 308 euros (deceram 5,2%).

As amortizações do exercício passaram de 39 290 euros para 27 481 euros (diminuição de 30%).

As amortizações das campanhas publicitárias passaram de 64 048 euros para 62 102 euros.

As disponibilidades globais passaram de 625 107 euros para 390 214 euros (38%).

Os resultados do exercício antes de impostos eram de 93 019,24 euros positivos, com a tributação autónoma de 2341,48 euros os resultados após impostos são de 90 677,76 euros positivos.

4 — Proposta de aplicação de resultados

Os resultados líquidos do exercício no valor de 90 677,76 euros positivos, devem ser levados a resultados transitados.

Vila Nova de Gaia, 2 de Fevereiro de 2004. — O Conselho de Administração: *Manuel Eduardo dos Santos Freitas* — *João Tavares da Fonseca Maia* — *José Paupério Fernandes*.

Balanço em 31 de Dezembro de 2003

ACTIVO

(Em euros)

Código das contas		Ano			Ano anterior (líquido)
		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	
10	1 — Caixa e disponibilidades em bancos centrais	2 425,11	—	2 425,11	11 873 S3
12	2 — Disponib. à vista sobre instit. de crédito	140 575,99	—	140 575,99	12 234,33
20	3 — Outros créditos sobre instituições de crédito	—	—	—	—
400-490	4 — Participações	716 537,49	24 939,89	691 647 60	691 478,24
41	9 — Imobilizações incorpóreas	5 557,26	5 587 26	—	—
42	10 — Imobilizações corpóreas	785 412,54	692 654,99	92 757,55	120 123,00
27-299+409	13 — Outros activos	177 216,77	6 797,67	170 419,10	195 716,04
55	15 — Contas de regularização	63 183,20	—	63 183,20	65 629,39
	16 — Prejuízo do exercício	—	—	—	136 441,53
<i>Total do activo</i>		<i>1 890 968,36</i>	<i>729 973,81</i>	<i>1 161 003,55</i>	<i>1 233 496,49</i>

PASSIVO

Código das contas		Ano		Ano anterior
36+39	4 — Outros passivos	31 912,57	56 984,40	
	Credores	17 559,17	31 906,05	
	Outras exigibilidades	14 353,40	25 078,35	
52+58	5 — Contas de regularização	36 845 51	38 497,85	
62	9 — Capital subscrito	1 000 000,00	1 000 000,00	
630+539	11 — Reservas	138 014,24	138 014,24	
66	14 — Resultados transitados	— 136 441,53	—	
	Lucro do exercício	90 677,76	—	
<i>Total do passivo</i>		<i>1 161 008,55</i>	<i>1 233 496,49</i>	

Rubricas extrapatrimoniais

Código das contas		Ano	
99	Outras contas extrapatrimoniais	8 724 980	
995	Contratos de compra em Grupo	1 405 472	
9950	Imobiliária	1 405 472	
99500	Habitação	1 405 472	
999	Contas diversas	1 319 508	

Vila Nova de Gaia, 29 de Janeiro de 2004. — O Conselho de Administração: *Manuel Eduardo dos Santos Freitas* — *João Tavares da Fonseca Maia* — *José Paupério Fernandes*. — O Responsável pela Informação, (*Assinatura ilegível.*)

Anexo ao balanço de 2003 da Saceg

3 — As demonstrações financeiras foram preparadas na base da convenção dos custos históricos e de continuidade das operações em conformidade com os princípios da consistência, prudência, especialização de exercícios, materialidade e da substância sobre a forma, Assim:

a) *Imobilizações financeiras*. — Constam no balanço ao custo de aquisição.

b) *Imobilizações incorpóreas*. — Estão reflectidas no balanço ao custo de aquisição. As amortizações foram calculadas segundo o determinado na legislação vigente, pelo método das quotas constantes.

c) *Imobilizações corpóreas*. — Estão expressas ao custo de aquisição. As amortizações foram determinadas segundo as taxas da legislação vigente e na âmbito de quotas constantes.

d) *Despesas com custo diferido e custos a pagar*. — Os saldos destas contas resultaram do princípio da especialização de exercícios.

e) *Provisões para outros riscos.* — O saldo acumulado representa as provisões adequadas para cobertura de risco de dívidas de terceiros.

6 — A Norgrupo, S. A., detinha à data de 31 de Dezembro de 2003, as seguintes participações sociais (de acordo com o anexo III — Inventário de títulos e participações financeiras):

Norgrupo Comercial — Com., Rep., Ass., Import. e Exportação de Bens e Serviços, L.^{da}
Sede: Av. da República, 872, sala 7.2, 4430 Vila Nova de Gaia.

Montante dos capitais próprios: 69 716,16 euros;
Resultados líquidos ano de 2002: 101 742,62 euros;
Capital social: 57 361,76 • sendo 81,9% a participação financeira.

O valor nominal da participação é de 46 987 euros.
O valor correspondente à parte proporcional desta participação nos capitais próprios da empresa é de 57 099,17 euros.
A situação descrita é relativa a 2002.

Cigato, L.^{da}
Sede: Rua da Constituição, 790, r/c, 4200 Porto.

O valor correspondente à parte proporcional desta participação nos capitais próprios da empresa é de 204 401,08 euros.

Montante dos capitais próprios: 383 492,71 euros.
Resultados líquidos ano de 2002: — 765,39 euros.
Capital social: 5000 euros, sendo 53,3% a participação financeira.

O valor nominal da participação é de 2665 euros.
O valor correspondente à parte proporcional desta participação nos capitais próprios da empresa é de 204 401,08 euros.
A situação descrita é relativa a 2002.

Portbul, L.^{da}
Sede: UL Tzar Assen I, 79 et. 1, 1463 Sófia, Bulgária.

Montante dos capitais próprios: (29 594,76 euros).
Resultados líquidos do ano de 2001: (1988 euros).
Capital social: 2556,44 euros, sendo 63,4 % a participação financeira.

O valor nominal da participação é de 1620,78 euros.
O valor correspondente à parte proporcional desta participação nos capitais próprios da empresa é de (18 763 euros).

W. F. Construções e Turismo, S. A.
Sede: Rua da Santa Marinha, 91, 4430 Vila Nova de Gaia.

Montante dos capitais próprios: 2 422 925,78 euros.
Resultados líquidos ano de 2002: 17 540,63 euros.
Capital social: 424 150 euros.

O valor nominal da participação é de 418 211 euros, sendo 98,6% a participação financeira.

O valor correspondente à parte proporcional desta participação nos capitais próprios da empresa é de 2 389 004,82 euros. A situação descrita é relativa ao exercício de 2002.

Food Frenzy — Actividades Hoteleiras, L.^{da}
Sede: Estrada da Luz, 146, loja 1 C, Lisboa.

Capital social: 10 000 euros.
O valor nominal da participação é de 8000 euros, sendo 80% a percentagem no capital social.

A empresa encontra-se inactiva.

10 — Este inventário é apresentado em separado (ver anexo III).

11 — Os movimentos e saldos do activo imobilizado estão expressos no anexo IV.

25 — O saldo da conta provisões:

Para outras aplicações: 6797,66 euros credor.
Para imobilizações financeiras: 24 939,89 euros credor.

27 — Em 31 de Dezembro da 2003, as contas apresentavam os seguintes saldos:

SACEG:

Despesas com custo diferido: 63 183,20 euros.
Custos a pagar: 34 106,49 euros.

31 — Os principais elementos patrimoniais que integram as rubricas 13 do Activo e 4 do Passivo são os seguintes (em euros):

SACEG:

	Valor
Outros passivos:	
Outros fornecedores	17 559,18
Estado e outros entes públicos	14 353,40
<i>Total</i>	<u>31 912,57</u>
Outros activos:	
Outros devedores	177 216,77
Provisões acumuladas	(6 797,67)
<i>Total</i>	<u>170 419,10</u>

34 — O efectivo médio anual de trabalhadores por grandes categorias profissionais foi o seguinte:

Administração: 3;
Outros: 7;
Secretárias: 1;
Cobrança: 1.

35 — As remunerações do ano de 2003 aos órgãos sociais foram: 123 408,98 euros.

36 — A Norgrupo presta serviço de gestão dos grupos sendo essa a sua actividade principal.

38 — Os proveitos das rubricas B1, B2, B3, B4 e B7 da demonstração de resultados foram obtidos em Portugal.

39 — A) Custos (em euros):

6 — Outros custos de exploração:

Quotizações a donativos	598,80
Juros supor. c/ imobilizações financeiras	1 216,19
Outros	159,92
<i>Total</i>	<u>1 974,91</u>

11 — Perdas extraordinárias:

Perdas relativas a exercícios anteriores	1 542,90
Outras perdas extraordinárias	0,13
<i>Total</i>	<u>1 543,03</u>

B) Proveitos:

7 — Outros proveitos de exploração:

Reembolso de despesas	72 551,47
Multas contratuais	42 800,54
Rend. aplic. financ. exc Grupos	3 306,06
Descontos obtidos	14 585,06
Outros	6 774,58
<i>Total</i>	<u>140 017,71</u>

9 — Ganhos extraordinários:

Mais-valias	169 697,98
Ganhos relativos a exercícios anteriores	1 503,82
Outros	0,30
<i>Total</i>	<u>171 202,10</u>

41 — Sobre a carga fiscal imputada aos dois exercícios anteriores, de 2002 e 2003:

	(Em euros)	
	2002	2003
IRC (estimado)	2 732,46	2 341,48
IRC (retenção na fonte)	11 775,26	1 288,25
IRC (pagamentos por conta)	6 646,06	—
IRC (a recuperar)	15 688,85	—
IRC (a pagar)	—	1 053,23

42 — Os resultados correntes do exercício foram negativos de 76 639,83 euros, os resultados extraordinários foram positivos de 169 659,07 euros, logo os resultados líquidos antes de impostos foram de 93 019,24 euros, após impostos 90 677,76 euros.

45 — Os saldos das contas em balanço são os seguintes:

	Código de contas	Valor
Imoleasing (imóvel)	360001	4 403,87
Santander Leasing (viaturas)	360004	2 999,92

Nota. — Os números não mencionados referem-se a situações não aplicáveis.

Vila Nova de Gaia, 29 de Janeiro de 2004. — O Conselho de Administração: *Manuel Eduardo dos Santos Freitas — João Tavares da Fonseca Maia — José Paupério Fernandes.* — O Responsável pela Informação, *(Assinatura ilegível).*

Certificação legal das contas

1 — *Introdução.* — Examinámos as demonstrações financeiras anexas da NORGRUPO — Sociedade Administradora de Compras em Grupo, S. A. (SACEG ou empresa), as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2003 que evidencia um total de 1 161 009 euros e capitais próprios de 1 092 251 euros, incluindo um resultado líquido de 90 678 euros, a demonstração dos resultados do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

2 — *Responsabilidades.* — É da responsabilidade do conselho de administração da SACEG a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da SACEG, o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

3 — *Âmbito.* — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação

sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

4 — *Reservas.* — A conta de outros activos, no balanço da SACEG, inclui créditos, oriundos de exercícios anteriores, cuja recuperação vem sendo processada de forma lenta ao longo dos últimos anos, os quais não se encontram devidamente provisionados. Assim, à data das demonstrações financeiras anexas, o montante global desses créditos ascendia a, aproximadamente, 98 000 euros.

5 — A SACEG mantém no seu activo participações financeiras nas sociedades Portbul, Ltd (empresa sediada na Bulgária), Norgrupo Comercial, L.ª e Food Frenzy, L.ª, registadas ao custo de aquisição por 1 36 610 euros, para as quais foi entretanto constituída uma provisão de 24 940 euros. Dada a situação financeira destas participadas, descrita na nota n.º 6 do anexo ao balanço da SACEG, somos de opinião que a provisão existente se revela insuficiente em, aproximadamente, 111 670 euros.

6 — Em 31 de Dezembro de 2003, a rubrica do activo de contas de regularização, inclui um montante de, aproximadamente, 60 000 euros referente a custos diferidos com campanhas publicitárias, os quais são reconhecidos pela SACEG na sua demonstração dos resultados durante um período de três anos. Uma vez que a actividade actual da empresa como sociedade administradora de compras em Grupo se tem limitado à atribuição de bens em assembleias e posterior entrega desses bens, até à extinção dos Grupos actualmente activos, entendemos que o activo da empresa e os seus capitais próprios se encontram sobreavaliados naquele montante.

7 — *Opinião.* — Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos assuntos descritos nos pontos 4 a 6 acima, as demonstrações financeiras referidas no ponto 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da NORGRUPO — Sociedade Administradora de Compras em Grupo, S. A., em 31 de Dezembro de 2003, bem como o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector bancário.

8 — *Ênfases.* — A empresa tem um elevado número de processos judiciais e extrajudiciais em curso, relativos a pagamentos de participantes em atraso, sendo o valor global de quotas de amortização em dívida de participantes inadimplentes em 31 de Dezembro de 2003 de 5 105 132 euros (5 061 327 euros em 31 de Dezembro de 2002). Dado que o valor dos bens a entregar a participantes de grupos activos ascende, em 31 de Dezembro de 2003, a 1 405 473 euros e o valor de prestações vincendas a receber de participantes activos ascende a 706 080 euros, a capacidade da SACEG de cumprir com as obrigações de entregar os, bens àqueles participantes vai depender da recuperabilidade das dívidas de participantes inadimplentes acima referidas.

9 — Relativamente aos *ratios* prudenciais, a empresa não cumpre o disposto no aviso n.º 10/94 do Banco de Portugal, quanto ao valor dos riscos assumidos perante empresas por ela, directa ou indirectamente, dominadas.

Porto, 2 de Fevereiro de 2004. — Ledo, Morgado & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Jorge Bento Martins Ledo.*

Balanço em 31 de Dezembro de 2003 (Grupos)

ACTIVO

		(Em euros)	
Código das contas		Ano	Ano anterior
10	1 — Caixa e disponibilidades em bancos centrais	503,96	555,54
12	2 — Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	54 209,15	407 943,58
20	3 — Outros créditos sobre instituições de crédito	192 500,00	192 500,00
27	13 — Outros activos	—	—
51	15 — Contas de regularização	—	—
<i>Total do activo</i>		247 213,11	600 999,12

PASSIVO

(Em euros)

Código das contas		Ano	Ano anterior
36+37	4 — Outros passivos:		
	Credores	2 757,42	5 355,19
	Fundos dos Grupos	244 455,69	595 643,93
	<i>Total do passivo</i>	247 213,11	600 999,12

Rubricas extrapatrimoniais

Código das contas		Ano
99	Outras contas extrapatrimoniais	456,49
999	Contas diversas	456,49
9990	Imobiliária	456,49

Vila Nova de Gaia, 29 de Janeiro de 2004. — O Conselho de Administração: *Manuel Eduardo dos Santos Freitas* — *João Tavares da Fonseca Maia* — *José Paupério Fernandes*. — O Responsável pela Informação, (*Assinatura ilegível.*)

Demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 2003

DÉBITO

Código das contas		Ano	Ano anterior
A) Custos			
71	2 — Comissões	626,58	411,66
72	3 — Prejuízos em operações financeiras	—	444,12
73+74	4 — Gastos gerais administrativos	515 389,48	532 385,80
73	a) Custos com pessoal	271 179,26	290 050,28
	Dos quais:		
730+731	(— salários e vencimentos)	(211 240,59)	(215 211,00)
732+733	(— encargos sociais)	(43 024,83)	(46 159,89)
74	b) Outros gastos administrativos	244 210,22	242 335,52
78	5 — Amortizações do exercício	27 480,52	39 290,53
77	6 — Outros custos de exploração	1 974,91	4 006,16
794	8 — Provisões para imobilizações financeiras	—	—
	10 — Resultado da actividade corrente	— 76 640,00	— 133 231,00
671	11 — Perdas extraordinárias	1 543,03	669,66
68	13 — Impostos sobre lucros	2 341,48	2 732,46
76	14 — Outros impostos	1 293,99	1 081,54
69	15 — Lucro do exercício	90 677,76	—
	<i>Total</i>	641 327,75	581 021,93

CRÉDITO

Código das contas		Ano	Ano anterior
B) Proveitos			
80	1 — Juros e proveitos equiparados	20 912,44	5 678,57
82	3 — Comissões	1 661 453,18	2 716 122,50
84	5 — Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a créditos e provisões para passivos eventuais e para compromissos	2 764,59	113 721,57
844	6 — Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a créditos e provisões para passivos eventuais e para compromissos	—	—
89	7 — Outros proveitos de exploração	140 017,71	163 203,64
672	9 — Ganhos extraordinários	171 202,10	191,48
69	11 — Prejuízo do exercício	—	136 441,53
	<i>Total</i>	641 327,75	581 021,93

Vila Nova de Gaia, 29 de Janeiro de 2004. — O Conselho de Administração: *Manuel Eduardo dos Santos Freitas* — *João Tavares da Fonseca Maia* — *José Paupério Fernandes*. — O Responsável pela Informação, (*Assinatura ilegível.*)

Anexo ao balanço de 2003 de Grupo

14 — A rubrica 3 do activo, apresenta o seguinte saldo:

3 — Outros créditos sobre instituições de crédito: 192 500 euros.

31 — Os principais elementos patrimoniais que integram a rubrica 4 do passivo são os seguintes:

	(Em euros)
	Valor
Outros passivos:	
Saceg	2 757,42
Grupos	244 455,69
Total	247 213,11

32 — A empresa administra somente grupos de participantes de bens imóveis, totalizando 1 405 471,52 euros.

36 — A Norgrupo presta serviço de gestão dos grupos sendo essa a sua actividade principal.

46 — Os aspectos de maior relevância, na actividade da SACEG durante 2003, são apresentados seguidamente:

	2002	2003
Bens atribuídos no ano	435 409,16	58 418,71
Bens entregues no ano	554 177,94	355 042,89
Valor contr. part. p. entreg.	459 308,00	135 686,70
Valor contr. part. act. não cont.	2 049 167,00	1 269 784,82
Número part. activos	—	—
Número grupos activos	—	—

Nota. — Os números não mencionados referem-se a situações não aplicáveis.

Vila Nova de Gaia, 29 de Janeiro de 2004. — O Conselho de Administração: *Manuel Eduardo dos Santos Freitas — João Tavares da Fonseca Maia — José Paupério Fernandes.* — O Responsável pela Informação, (*Assinatura ilegível.*)

Certificação legal das contas

1 — *Introdução.* — Examinámos as demonstrações financeiras anexas dos Grupos administrados pela Norgrupo — Sociedade Administradora de Compras em Grupo, S. A. (SACEG), as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2003 que evidencia um total de 247 213 euros e um total de fundos próprios de 244 456 euros e o correspondente anexo.

2 — *Responsabilidades.* — É da responsabilidade do conselho de administração da SACEG a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira dos Grupos por si administrados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

3 — *Âmbito.* — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança, aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração da SACEG, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

4 — *Opinião.* — Em nossa opinião as demonstrações financeiras referidas no ponto 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira dos Grupos administrados pela Norgrupo — Sociedade Administradora de Compras em Grupo, S. A. (sociedade), relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector bancário.

Porto, 2 de Fevereiro de 2004. — Ledo, Morgado & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Jorge Bento Martins Ledo.*

Relatório e parecer do conselho fiscal

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso relatório e parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da Norgrupo — Sociedade Administradora de Compras em Grupo, S. A. (sociedade), relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, os quais são da responsabilidade da administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da actividade da sociedade, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor tendo recebido do conselho de administração e dos diversos serviços da sociedade as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço em 31 de Dezembro de 2003, a demonstração dos resultados por naturezas para o exercício findo naquela data e o correspondente anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do relatório de gestão do exercício de 2003 preparado pelo conselho de administração e da proposta nele incluída.

Apreciamos igualmente o conteúdo do relatório anual sobre a fiscalização efectuada e da certificação legal das contas, ambos os documentos emitidos pelo revisor oficial de contas, aos quais damos a nossa concordância.

Face ao exposto, somos de opinião que, excepto quanto aos efeitos dos assuntos referidos nos pontos 4 a 6 da certificação legal das contas e apesar do referido nos pontos 8 e 9 da mesma, as demonstrações financeiras supra referidas e o relatório de gestão, bem como a proposta nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em assembleia geral de accionistas.

Desejamos ainda manifestar ao conselho de administração e aos serviços da sociedade o nosso apreço pela colaboração prestada.

Porto, 2 de Fevereiro de 2004. — O Conselho Fiscal: *António Jorge Neto Pimentel*, presidente — *Joaquim Afonso Rodrigues Vieira*, vogal — Ledo, Morgado & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Jorge Bento Martins Ledo*, vogal.

Acta n.º 36 da assembleia geral

Aos 26 dias do mês de Março de 2004, pelas 17 horas, reuniu a assembleia geral de accionistas da sociedade anónima Norgrupo — Sociedade Administradora de Compras em Grupo, na sede social sita na Av. da República, 872, 7.º, em Vila Nova Gaia. A mesa da assembleia foi constituída pelo seu presidente, Dr. António José Herdeiro Dias, pelo vice-presidente Manuel Fernando Rodrigues da Silva Mendonça, e pela secretária Maria Alzira Pinho da Silva. Encontravam-se presentes accionistas representantes de 184 900 acções das 200 000 do capital social, equivalentes a 92,45%, conforme consta no registo de presenças. O presidente da mesa da assembleia geral usou da palavra para informar os accionistas presentes que a assembleia geral fora legalmente convocada, nos termos do disposto no artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais tendo sido enviado aviso convocatório a cada um dos accionistas, bem como, efectuadas publicações no *Diário da República*, 3.ª Série, a p. 35, de 11 de Fevereiro de 2004.

O presidente Dr. António José Herdeiro Dias, de seguida, efectuou a leitura da convocatória com a seguinte ordem de trabalhos:

1 — Deliberar sobre o relatório, o balanço e contas apresentadas pelo conselho de administração relativo ao exercício de 2003;

- 2 — Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;
- 3 — Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade;
- 4 — Deliberar sobre outros assuntos de interesse geral para a sociedade.
- 5 — Proceder à eleição dos órgãos sociais para o quadriénio de 2004-2007.

Entrou-se de imediato no ponto um da ordem do dia, tendo usado da palavra o presidente do conselho de administração, fazendo a leitura e comentários ponto por ponto do relatório do conselho de administração.

Atendendo a que nenhum accionista desejou usar da palavra, o presidente da mesa da assembleia geral pôs à votação o relatório, balanço e contas apresentados pelo conselho de administração tendo sido aprovados por unanimidade. De seguida pôs à discussão o ponto dois. «Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados», tendo sido aprovado por unanimidade que os resultados do exercício no valor de 90 677,76 euros positivos seja levado a resultados transitados.

Seguidamente o presidente da mesa da assembleia geral pôs à apreciação o ponto três da ordem de trabalhos, que não mereceu qualquer reparo dos presentes.

O presidente da mesa da assembleia geral de seguida abriu o ponto quatro da ordem de trabalhos, não se tendo tomado qualquer deliberação relevante.

O presidente da mesa da assembleia geral colocou em discussão o ponto cinco da ordem de trabalhos.

O accionista Eng. João Tavares da Fonseca Maia fez a entrega à mesa da assembleia geral de uma lista para a eleição dos órgãos sociais.

O presidente da mesa procedeu à leitura da lista apresentada, submetendo-a primeiramente à admissão, a qual foi admitida, por unanimidade, e de seguida pôs à votação a mencionada lista, que foi aprovada por maioria, com uma abstenção do accionista Arménio Barbosa Ribeiro, (referindo desconhecer os órgãos sociais propostos) pelo que os órgãos sociais passam a ter a seguinte composição:

Assembleia geral:

Presidente: António José Herdeiro Dias.
Vice-presidente: Manuel Fernando Rodrigues da Silva Mendonça.
1.º secretário: Maria Alzira Pinho da Silva.
2.º secretário: João Filipe Vilas Maia.

Conselho fiscal:

Presidente: Luís Joaquim de Sousa Fernandes.
Vogais:

Vítor Domingos Pina Cardoso da Costa Azevedo.
Ledo, Morgado & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A., representada por Jorge Bento Martins Ledo.

Suplente: Jorge Manuel Felizes Morgado.

Conselho de administração:

Presidente: Manuel Eduardo dos Santos Freitas.
Administradores:

João Tavares da Fonseca Maia.
José Paupério Fernandes.

Comissão de vencimentos:

Manuel Eduardo dos Santos Freitas.
João Tavares da Fonseca Maia.
José Paupério Fernandes.

O presidente do conselho de administração, Eng. Manuel Eduardo dos Santos Freitas, propôs um voto de agradecimento e de louvor a António Jorge Neto Pimentel e a Joaquim Afonso Rodrigues Vieira, pela colaboração e disponibilidade evidenciadas ao longo dos anos, pondo à votação o voto de agradecimento, que foi aprovado por unanimidade.

O presidente da mesa da assembleia geral louvou todo o empenho e zelo que tem demonstrado a administração da empresa, e, aproveitou para desejar felicidades para o novo ano.

E nada mais havendo a tratar deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente acta, que vai ser assinada por todos os membros da mesa da assembleia geral.

A Mesa da Assembleia Geral: *António José Herdeiro Dias*, presidente — *Manuel Fernando Rodrigues da Silva Mendonça*, vice-presidente — *Maria Alzira Pinho da Silva*, secretária. 2004046155

TURISSERRA — SOCIEDADE PARA O EMPREENDIMENTO TURÍSTICO DA SERRA DAS MEADAS, S. A. R. L.

Relatório n.º 13-H/2007

Conservatória do Registo Comercial de Lamego. Matrícula n.º 107/730522; identificação de pessoa colectiva n.º 500427135; número e data da inscrição: AN.23/28 de Junho de 2005.

Dirce Maria de Paiva Ribeiro Lobão Ferreira, segunda-ajudante da Conservatória do Registo Comercial de Lamego:

Certifica que as cópias anexas são reprodução integral aos documentos relativos ao depósito de prestação de contas do ano de 2004 da sociedade em epígrafe, que contém 19 folhas e estão conforme os originais que ficam depositados na pasta respectiva.

Conferida, está conforme.

Conservatória do Registo Comercial de Lamego, 29 de Novembro de 2005. — A Segunda-Ajudante, *Dirce Maria de Paiva Ribeiro Lobão Ferreira*.

Relatório e contas de 2004

Relatório de gestão

A fim de darmos cumprimento aos preceitos legais e à prestação de contas aos senhores accionistas, apresentamos o relatório de gestão referente à actividade e evolução da sociedade neste exercício, às perspectivas futuras e à proposta de aplicação de resultados do ano findo.

I — Evolução da empresa

O exercício de 2004 caracterizou-se por uma ligeira elevação no valor dos proveitos da empresa, resultante do aumento consignado no contrato de cessão de exploração, o que contribuiu para a evolução estável da empresa, face aos encargos assumidos.

Colocamos porém à nossa consideração os seguintes indicadores:

Lucro líquido verificado no exercício: 2384,38 euros;
Aumento dos rendimentos fixos: 1572,76 euros.

II — Situação económico-financeira

Durante o exercício, a situação económico-financeira da empresa manteve-se dentro do possível controlada, verificando-se uma normal redução das responsabilidades perante a banca, no montante de 24 160,31 euros, resultante das amortizações normais contratadas no empréstimo bancário.

III — Investimentos realizados

Durante o exercício o investimento líquido em imobilizado, referente ao acabamento das obras dos novos hotéis, foi do montante de 21 998,23 euros.

IV — Custos

Na estrutura de custos verificou-se um ligeiro agravamento resultante, dos normais acréscimos das despesas gerais e das amortizações relativas ao aumento do imobilizado.

No entanto, achamos por bem salientar as seguintes variações:

Fornecimentos e serviços externos : + 41,63;
Impostos sobre os lucros: 24,16%.

V — Factores relevantes ocorridos após o termo do exercício

Não há factos relevantes ocorridos após 31 de Dezembro de 2004 a assinalar, ou que indiquem condições ou tendências diversas das anteriormente referidas.

VI — Proposta de aplicação dos resultados

Propomos que o resultado líquido positivo verificado no exercício de 2004, no montante de 2384,38 euros, seja transferido para a conta de reservas livres, depois de deduzida a percentagem determinada por lei para a reserva legal.

VII — Dívidas à segurança social

A empresa não se encontra em mora no que respeita a dívidas à segurança social.

VIII — Agradecimentos

Compete-nos, por último, agradecer o empenho dos nossos colaboradores, fornecedores da empresa e demais intervenientes no processo evolutivo da sociedade.

Lamego, 1 de Março de 2005. — O Administrador Único, (*Assinatura ilegível.*)

Balanço analítico em 31 de Dezembro de 2004

ACTIVO

Código das contas			2004		2003
CEE	POC		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido
C		Imobilizado:			
I		Imobilizações incorpóreas:			
1	431	Despesas de instalação	—	—	—
1	432	Despesas de investig. e de desenvolvim.	—	—	—
2	433	Propriedade industrial e outros direitos	—	—	—
3	434	Trespases	—	—	—
4	441/6	Imobilizações em curso	—	—	—
4	449	Adiant. p/ conta de imobiliz. incorpóreas	—	—	—
			—	—	—
II		Imobilizações corpóreas:			
1	421	Terrenos e recursos naturais	388,81	—	388,81
1	422	Edifícios e outras construções	535 459,28	141 219,22	394 240,06
2	423	Equipamento básico	16 576,30	15 032,19	1 544,11
2	424	Equipamento de transporte	—	—	—
3	425	Ferramentas e utensílios	—	—	—
3	426	Equipamento administrativo	—	—	—
3	427	Taras e vasilhame	—	—	—
3	429	Outras imobilizações corpóreas	3 435,38	764,36	2 671,02
4	441/6	Imobilizações em curso	—	—	—
4	448	Adiant. por conta de imobiliz. corpóreas	—	—	—
			555 859,77	157 015,77	398 844,00
III		Investimentos financeiros:			
1	4111/2	Partes de capital em empresas do grupo	—	—	—
2	4121/2+4131/2	Empréstimos a empresas do grupo	—	—	—
3	4113	Partes de capital em empr. participadas	1 072,42	—	1 072,42
4	4123+4133	Empréstimos a empresas associadas	—	—	—
5	4114+414+415	Titulos e outras aplic. financeiras	—	—	—
6	4124+4134	Outros empréstimos concedidos	—	—	—
6	441/6	Imobilizações em curso	—	—	—
6	447	Adiant. p/ conta de investim. financeiros	—	—	—
			1 072,42	—	1 072,42
D		Circulante:			
I		Existências:			
1	36	Mat.-primas, subsidiárias e de consumo	—	—	—
2	35	Produtos e trabalhos em curso	—	—	—
3	34	Subprodutos, desperd., resíduos e refugos	—	—	—
3	33	Produtos acabados e intermédios	—	—	—
3	32	Mercadorias	—	—	—
4	37	Adiantam. por conta de compras	—	—	—
			—	—	—
II		Dívidas de terceiros — médio/longo prazos	—	—	—
II		Dívidas de terceiros — curto prazo:			
1	211	Clientes, c/c	174,21	—	174,21
1	212	Clientes — títulos a receber	—	—	—

Código das contas			2004		2003
CEE	POC		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido
1	218	Clientes de cobrança duvidosa	—	—	—
2	252+253	Empresas interligadas	—	—	—
3	254	Empresas participadas	—	—	—
4	251+255	Outros accionistas (sócios)	—	—	—
4	229	Adiantamentos a fornecedores	1 406,01	—	1 406,01
4	2619	Adiantamentos a fomec. de imobilizado	—	—	—
4	24	Estado e outros entes públicos	30 622,25	—	30 622,25
4	262/6/7/8+221	Outros devedores	—	—	—
5	264	Subscritores de capital	—	—	—
			<u>32 202,47</u>	<u>—</u>	<u>32 202,47</u>
III		Títulos negociáveis:			
3	1511/2	Acções em empresas interligadas	—	—	—
3	1521/2	Obrigações em empresas interligadas	—	—	—
3	1513/4+1523/4+159/9	Outros títulos negociáveis	—	—	—
3	18	Outras aplicações de tesouraria	—	—	—
			<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>
IV		Depósitos bancários e caixa:			
	12+13+14	Depósitos bancários	35 290,42		35 290,42
	11	Caixa	217,93		217,93
			<u>35 508,35</u>		<u>35 508,35</u>
E		Acréscimos e diferimentos:			
	271	Acréscimos de proveitos	—	—	—
	272	Custos diferidos	226,06		226,06
			<u>226,06</u>		<u>226,06</u>
				<u>157 015,77</u>	
				<u>—</u>	
			<u>624 869,07</u>	<u>157 015,77</u>	<u>467 853,30</u>
					<u>483 450,77</u>

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO

Código das contas			2004	2003
CEE	POC			
A		Capital próprio:		
I	51	Capital	500 000,00	500 000,00
		Acções (quotas) próprias:		
	521	Valor nominal	—	—
	522	Prémios e descontos	—	—
	53	Prestações suplementares	—	—
II	54	Prémios de emissão de acções (quotas)	—	—
III	56	Reservas de reavaliação	29 954,92	31 813,16
IV		Reservas:		
1/2	571	Reservas legais	25 669,41	24 963,12
3	572	Reservas estatutárias	—	—
4	573	Reservas contratuais	—	—
4	57	Reservas especiais	—	—
4	574	Reservas livres	81 263,68	78 438,50
V	59	Resultados transitados — Reg. de excedentes	62 296,68	78 438,50
VI	88	Resultado líquido do exercício	2 384,38	3 531,47
	89	Dividendos antecipados	—	—
			<u>251 568,62</u>	<u>249 184,25</u>
B		Provisões para riscos e encargos:		
1291		Provisões para pensões	—	—
2292		Provisões para impostos	—	—
3293/8		Outras provisões para riscos e encargos	—	—
			<u>—</u>	<u>—</u>

Código das contas			2004	2003
CEE	POC			
C		Dívidas a terceiros — médio e a longo prazos:		
		Empréstimos bancários	196 303,91	220 464,22
		Dívidas a terceiros — curto prazo:		
1		Empréstimos por obrigações:		
	2321	Convertíveis	—	—
	2322	Não convertíveis	—	—
1	233	Empréstimos por títulos de participação	—	—
2	231+12	Dívidas a instituições de crédito	—	—
3	269	Adiantamentos por conta de vendas	—	—
4	221	Fornecedores, c/c	2 513,28	2 315,22
4	228	Fornecedores — facturas em recepção e conferência	—	—
5	222	Fornecedores — títulos a pagar	—	—
5	2612	Fornecedores do imobilizado — títulos a pagar	—	—
6	252+253	Empresas interligadas	—	—
7	254	Empresas participadas	—	—
8	251+255	Outros accionistas (sócios)	9 568,84	6 700,75
8	219	Adiantamentos de clientes	—	—
8	239	Outros empréstimos obtidos	—	—
8	2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	—	4 264,45
8	24	Estado e outros entes públicos	1 816,39	521,88
8	262/3/4/5/7/8+211	Outros credores	6 082,25	—
			19 980,76	13 802,30
D		Acréscimos e diferimentos:		
273		Acréscimos de custos	—	—
274		Proveitos diferidos	—	—
		Total do capital próprio e passivo	—	—

O Administrador Único, (Assinatura ilegível.) — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

Demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 2004

CUSTOS E PERDAS

Código das contas			2004		2003	
CEE	POC					
2.a)	61	Custos das merc. vend. e matérias consumidas:	—	—		
		Mercadorias	—	—		
		Matérias	—	—		
2.b)	62	Fornecimentos e serviços externos	5 673,31		4 005,70	
3		Custos com o pessoal:				
3.a)	641+642	Remunerações	15 000,00	15 000,00		
3.b)		Encargos sociais:				
	643+644	Pensões	—	—		
	645/8	Outros	3 187,56	18 187,56	3 187,55	18 187,55
4.a)	66	Amort. do imobiliz. corpóreo e incorpóreo	22 699,54		21 627,61	
4.b)	67	Provisões	—	22 699,54	—	21 627,61
5	63	Impostos	1 340,87		1 809,33	
5	65	Outros custos operacionais	—	1 340,87	—	1 809,33
		(A)		47 037,68		45 987,53
6	683+684	Amortiz. e prov. de aplic. e investig. financ.	—		—	
7	(2)	Juros e custos similares	136,40		357,34	
		Outros	—	136,40	—	357,34
		(C)		48 037,68		46 017,16
	69	Custos e perdas extraordinárias		381,64		29,63
		(E)		48 419,32		46 017,16
8+11	86	Impostos sobre o rendimento do exercício		1 169,76		1 542,36
		(G)		49 589,08		47 559,52
13	88	Resultado líquido do exercício		2 384,38		3 531,47
				51 973,46		51 090,99

PROVEITOS E GANHOS

Código das contas			2004		2003	
CEE	POC					
1	71	Vendas:				
		Mercadorias	—	—		
		Produtos	—	—		
		Prestação de serviços		—		—
2	(3)	Varição da produção	—	—		
3	75	Trabalhos para a própria empresa	—	—		
4	73	Proveitos suplementares	—	—		
4	74	Subsídios à exploração	—	—		
4	76	Outros proveitos operacionais	51 901,80	51 901,80	50 329,04	50 329,04
		(B)	51 901,80		50 329,04	
5	784	Rendimentos de participações de capital	—	—		
6	(4)	Rend. de tít. negoc. e outras aplic. financeiras	—	—		
7	(5)	Outros juros e proveitos similares	71,66	71,66	761,95	761,95
		(D)		51 973,46		51 090,99
9	79	Proveitos e ganhos extraordinários		—		—
		(F)		51 973,46		51 090,99

Resumo:

Resultados operacionais (B)–(A) =	4 000,52	4 698,85
Resultados financeiros (D–B)–(C–A) =	— 64,74	404,61
Resultados correntes (D)–(C) =	3 935,78	5 103,46
Resultados antes de impostos (F)–(E) =	3 554,14	5 073,83
Resultado líquido do exercício (F)–(G) =	2 384,38	3 531,47

O Administrador Único, (Assinatura ilegível.) — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

Demonstração dos resultados por funções exercício de 2004

	2004	2003
Vendas e prestações de serviços	—	—
Custo das vendas e das prestações de serviços	—	—
Resultados brutos	—	—
Outros proveitos e ganhos operacionais	51 901,80	50 329,04
Custos de distribuição	—	—
Custos administrativos	— 23 860,87	— 22 193,25
Outros custos e perdas operacionais	— 24 040,41	— 23 436,94
Resultados operacionais	4 000,52	4 698,85
Ganhos líquidos de financiamento	— 64,74	404,61
Ganhos (perdas) em filiais e associadas	—	—
Ganhos (perdas) em outros investimentos	—	—
Resultados correntes	3 935,78	5 103,46
Impostos sobre os resultados correntes	— 1 074,35	— 1 534,95
Resultados correntes após impostos	2 861,43	3 568,61
Resultados extraordinários	— 381,64	— 29,63
Impostos sobre os resultados extraordinários	— 95,41	— 7,41
Resultados líquidos	2 384,38	3 531,47
Resultados por acção	0,12	0,18

O Administrador Único, (Assinatura ilegível.) — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

Demonstração dos fluxos de caixa de 2004

	2004	2003
Actividades operacionais:		
Resultados líquidos do exercício	2 384,38	3 531,47
Ajustamentos:		
Amortizações	22 699,54	21 627,61
Provisões	—	—
Resultados financeiros	—	—
Aumento das dívidas de terceiros	—	— 26 102,46
Diminuição das dívidas de terceiros	5 487,66	—
Aumento das existências	—	—
Diminuição das existências	—	—
Aumento das dívidas a terceiros	6 178,46	7 378,06
Diminuição das dívidas a terceiros	—	—
Diminuição dos proveitos diferidos	—	—
Aumento dos acréscimos de proveitos	—	—
Diminuição dos custos diferidos	—	18,03
Aumento dos custos diferidos	— 20,78	—
Aumento dos acréscimos de custos	—	—
Ganhos na alienação de imobilizações	—	—
Perdas na alienação de imobilizações	—	—
<i>Fluxos das activ. operacionais (1)</i>	<u>36 729,26</u>	<u>6 452,71</u>
Actividades de investimento:		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	—	—
Imobilizações corpóreas	—	—
Imobilizações incorpóreas	—	—
Subsídios de investimento	—	—
Juros e proveitos similares	—	—
Dividendos	—	—
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	—	—
Imobilizações corpóreas	— 21 998,23	— 143 902,70
Imobilizações incorpóreas	—	—
<i>Fluxos das activ. operacionais (2)</i>	<u>— 21 998,23</u>	<u>— 143 902,70</u>
Actividades de financiamento:		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos	—	37 500,00
Aumentos de capital, prest. suplementares e prémios de emissão	—	—
Subsídios e doações	—	—
Venda de acções (quotas) próprias	—	—
Cobertura de prejuízos	—	—
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	— 24 160,31	— 17 035,78
Amortização; de contratos de locação financeira	—	—
Juros e custos similares	—	—
Dividendos	—	—
Redução de capital e prestações suplementares	—	—
Aquisição de acções (quotas) próprias	—	—
<i>Fluxos das activ. de financiamento (3)</i>	<u>— 24 160,31</u>	<u>20 464,22</u>
Variações de caixa e seus equivalentes (4) = (1)+(2)+(3)	<u>— 9 429,28</u>	<u>— 116 985,77</u>
Efeito das diferenças de câmbio	—	—
Caixa e seus equivalentes no início do período	44 937,63	161 923,40
Caixa e seus equivalentes no fim do período	35 508,35	44 937,63
	— 9 429,28	— 116 985,77

Anexo à demonstração dos fluxos de caixa de 2004

2 — Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes, reconciliando as quantias evidenciadas na demonstração dos fluxos de caixa com as rubricas do balanço:

	2004	2003
Numerário	217,93	230,60
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	35 290,42	44 707,03
Equivalentes de caixa	—	—
Caixa e seus equivalentes	35 508,35	44 937,63
Outras disponibilidades	—	—
Disponibilidades constantes do balanço	35 508,35	44 937,63

O Administrador Único, *(Assinatura ilegível.)* — O Técnico Oficial de Contas, *(Assinatura ilegível.)*

Anexo ao balanço e à demonstração de resultados do exercício de 2004

1 — Não se verificaram derrogações de disposições do POC.

2 — Os critérios valorimétricos utilizados no exercício não foram alterados em relação aos anos anteriores.

Ainda e face ao permitido no Capítulo IX, n.º 72, alínea b), da Directriz Contabilística n.º 28 não foram reconhecidos no exercício quaisquer ajustamentos referentes a saldos de activos ou passivos por impostos diferidos.

5 — Não houve afectação dos resultados com vista a obter vantagens fiscais.

6 — Relativamente à opção constante da segunda parte do ponto 2 do presente anexo, os valores contabilísticos que teriam de constar do balanço e da demonstração de resultados, como activos e passivos por impostos diferidos, seriam de 3834,23 euros.

7 — Durante o exercício o número de pessoas ao serviço foi apenas o administrador único.

10 — Movimentos ocorridos nas rubricas do activo imobilizado:

Activo bruto:

Rubricas	Saldo inicial	Reavaliação	Aumentos	Alienações	Transf. e abates	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:						
Despesas de instalação	—	—	—	—	—	—
Despesas de investigação e de desenvolvimento	—	—	—	—	—	—
Propriedade industrial e outros direitos	—	—	—	—	—	—
Trespases	—	—	—	—	—	—
Imobilizações em curso	—	—	—	—	—	—
Adiantamentos por conta de imobiliz. incorpóreas	—	—	—	—	—	—
	—	—	—	—	—	—
Imobilizações corpóreas:						
Terrenos e recursos naturais	388,81	—	—	—	—	388,81
Edifícios e outras construções	513 461,05	—	21 998,23	—	—	535 459,28
Equipamento básico	16 576,30	—	—	—	—	16 576,30
Equipamento de transporte	—	—	—	—	—	—
Ferramentas e utensílios	—	—	—	—	—	—
Equipamento administrativo	—	—	—	—	—	—
Taras e vasilhame	—	—	—	—	—	—
Outras imobilizações corpóreas	3 435,38	—	—	—	—	3 435,38
Imobilizações em curso	—	—	—	—	—	—
Adiantamento por conta de imobiliz. corpóreas	—	—	—	—	—	—
	533 861,54	—	21 998,23	—	—	555 859,77
Investimentos financeiros:						
Partes de capital em empresas interligadas	—	—	—	—	—	—
Empréstimos a empresas interligadas	—	—	—	—	—	—
Partes de capital em empresas participadas	—	—	—	—	—	—
Empréstimos a empresas participadas	1 072,42	—	—	—	—	1 072,42
Títulos a outras aplicações financeiras	—	—	—	—	—	—
Outros empréstimos concedidos	—	—	—	—	—	—
Imobilizações em curso	—	—	—	—	—	—
Adiantamento por conta de investim. financeiros	—	—	—	—	—	—
	1 072,42	—	—	—	—	1 072,42

Amortizações e provisões:

Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Regular.	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação	—	—	—	—
Despesas de investigação e de. desenvolvimento	—	—	—	—
Propriedade industrial e outros direitos	—	—	—	—
Trespases	—	—	—	—
	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>
Imobilizações corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais	—	—	—	—
Edifícios e outras construções	118 977,78	22 241,44	—	141 219,22
Equipamento básico	14 774,84	257,35	—	15 032,19
Equipamento de transporte	—	—	—	—
Ferramentas e utensílios	—	—	—	—
Equipamento administrativo	—	—	—	—
Taras e vasilhame	—	—	—	—
Outras imobilizações corpóreas	563,61	200,75	—	764,36
	<u>134 316,23</u>	<u>22 699,54</u>	<u>—</u>	<u>157 015,77</u>
Investimentos financeiros:				
Títulos a outras aplicações financeiras	—	—	—	—
Outros empréstimos concedidos	—	—	—	—

11 — Durante o exercício os custos financeiros de 8545,01 euros, relativos a empréstimos obtidos para financiar o imobilizado, foram capitalizados nas imobilizações corpóreas.

30 — O empréstimo bancário de 196 303,91 euros encontra-se garantido por hipoteca dos bens da sociedade e com o aval do administrador único.

36 — O capital social, do montante total de 50 000 euros, encontra-se dividido em 20 000 acções de 2,50 euros cada.

39 — Durante o exercício e em cumprimento do estabelecido na Directriz Contabilística n.º 16, foram transferidos da conta de reservas de reavaliação — Decreto-Lei n.º 399-G/84, os seguintes valores realizados até ao presente exercício (em euros):

Saldo inicial	31 813,16
Transferência para resultados transitados — regularização de excedentes	1 858,24
<i>Saldo final</i>	<u>29 954,92</u>

45 — Demonstração dos resultados financeiros:

CUSTOS E PERDAS

	2004	2003
681 — Juros suportados	—	—
682 — Remunerações a títulos de participação	—	—
683 — Amortizações de investimentos em imóveis	—	—
684 — Provisões para aplicações financeiras	—	—
685 — Diferenças de câmbio desfavoráveis	—	—
686 — Descontos de pronto pagamento concedidos	—	—
687 — Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	—	—
688 — Outros custos e perdas financeiros	136,40	357,34
Resultados financeiros	<u>— 64,74</u>	<u>404,61</u>
	<u>71,66</u>	<u>761,95</u>

PROVEITOS E GANHOS

	2004	2003
781 — Juros obtidos	71,66	761,83
782 — Rendimentos de títulos de participação	—	—
783 — Rendimentos de imóveis	—	—
784 — Rendimentos de participações de capital	—	—
785 — Diferenças de câmbio favoráveis	—	—
786 — Descontos de pronto pagamento obtidos	—	0,11
787 — Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	—	—
788 — Outros proveitos e ganhos financeiros	<u>—</u>	<u>—</u>
	<u>71,66</u>	<u>761,95</u>

46 — Demonstração dos resultados financeiros:

CUSTOS E PERDAS

	2004	2003
691 — Donativos	—	—
692 — Dívidas incobráveis	—	—
693 — Perdas em existências	—	—
694 — Perdas em existências	—	—
695 — Multas e penalidades	—	29,63
696 — Aumentos de amortizações e provisões	—	—
697 — Correções relativas a exercícios anteriores	381,64	—
698 — Outros custos e perdas extraordinárias	—	—
Resultados extraordinários	— 381,64	— 29,63
	71,66	761,95

PROVEITOS E GANHOS

	2004	2003
791 — Restituição de impostos	—	—
792 — Recuperação de dívidas	—	—
793 — Ganhos em existências	—	—
794 — Ganhos em imobilizações	—	—
795 — Benefícios de penalidades contratuais	—	—
796 — Reduções de amortizações e de provisões	—	—
797 — Correções relativas a exercícios anteriores	—	—
798 — Outros proveitos e ganhos extraordinários	—	—
	—	—

O Administrador Único, (*Assinatura ilegível.*) — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível.*)

Certificação legal das contas

1 — *Introdução.* — Examinámos as demonstrações financeiras anexas de Turisserra — Sociedade para Empreendimento Turístico da Serra das Meadas, S. A., as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2004, que evidência um total de balanço de 467 853 euros e um total de capital próprio de 251 569 euros, incluindo um resultado líquido positivo de 2384 euros, as demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

2 — *Responsabilidades.* — É da responsabilidade do administrador único a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito.* — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes.

Para tanto, o referido exame incluiu:

A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo administrador único, utilizadas na sua preparação;

A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;

A apreciação sobre se é adequada a apresentação das demonstrações financeiras.

5 — Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião sobre as demonstrações financeiras.

6 — *Opinião.* — Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de Turisserra — Sociedade para Empreendimento Turístico da Serra das Meadas, S. A., em 31 de Dezembro de 2004 e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

Porto, 16 de Março de 2005. — Abílio Azevedo, António Baptista, Elisio Quintas e Lino Vieira — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *António Abel Pereira Baptista*.

Relatório e parecer do fiscal único

1 — Procedemos às verificações que julgamos convenientes e obtivemos todos os esclarecimentos de que necessitámos, para o desempenho das nossas funções de fiscalização na empresa Turisserra — Sociedade para Empreendimento Turístico da Serra das Meadas, S. A.

2 — Elaborámos o relatório sobre a fiscalização efectuada, bem como a certificação legal das contas, que aqui se dão por reproduzidos.

3 — Tudo devidamente ponderado, somos de parecer que a assembleia geral anual, aprove:

a) O relatório de gestão e as contas do exercício de 2004, apresentados pelo administrador único;

b) A proposta de aplicação de resultados contida no relatório de gestão apresentado pelo administrador único;

c) Um voto de louvor ao administrador único e aos colaboradores da empresa, pelo zelo e competência patenteados no exercício das suas funções.

Porto, 16 de Março de 2005. — O Fiscal Único, Abílio Azevedo, António Baptista, Elisio Quintas e Lino Vieira — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *António Abel Pereira Baptista*.

Acta n.º 41 da assembleia geral

Aos 26 dias do mês de Março, do ano de 2005, pelas 15 horas, na sua sede social, reuniu a assembleia geral anual da sociedade Turisserra — Sociedade Para Empreendimento Turístico da Serra das Meadas, S. A., contribuinte fiscal n.º 500427135, registada na Conservatória do Registo Comercial de Lamego, sob o n.º 107, com o capital social de 50 000 euros, conforme convocatória publicada no *Diário da República*, *Voz de Lamego* e *Jornal de Notícias*, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 — Apreciação, discussão e deliberação sobre o relatório e contas bem como o parecer do fiscal único, respeitantes ao exercício de 2004;
- 2 — Outros assuntos de interesse para a sociedade.

Aberta a assembleia pelo seu presidente Dr. João Félix Pereira dos Santos Almeida e secretariada pela Dr.ª Maria João Pereira dos Santos Almeida, foi verificada a lista de presenças, tendo-se constatado que se encontravam presentes sete accionistas representativos de 92,69% do capital

Seguidamente foi pelo presidente colocado à disposição dos senhores accionistas o relatório e contas bem como a certificação legal e o parecer do fiscal único, os quais foram devidamente apreciados, depois do que foram por unanimidade achados conformes e deliberado de comum acordo que o resultado líquido positivo do exercício de

2384,38 euros, conforme proposta do relatório de gestão, seja distribuído da seguinte forma:

- Para reserva legal o montante de 476,88 euros;
- Para reservas livres a quantia restante de 1907,50 euros.

Seguidamente, pelo administrador único, Dr. Joaquim dos Santos Almeida, foi dado conhecimento aos accionistas presentes do estado em que se encontravam as obras dos novos motéis, bem como dos procedimentos já levados a efeito para a transformação da empresa em sociedade não aberta, deliberada na assembleia geral do ano anterior.

Finalmente, depois de se ter procedido à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade, foi proposto pelo accionista Dr. Carlos Manuel Pereira Santos Almeida, que fosse atribuído um voto de confiança a todos os membros dos órgãos sociais respectivos, proposta esta que foi aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar foi a sessão dada por encerrada, da qual se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelo senhor presidente e por mim que a subscrevi.

A Mesa da Assembleia Geral: *João Félix Pereira dos Santos*, presidente — *Maria João Pereira dos Santos Almeida*, secretária.

2008179680

II SÉRIE**DIÁRIO
DA REPÚBLICA**

Depósito legal n.º 8815/85

ISSN 0870-9963

Diário da República Electrónico:**Endereço Internet:** <http://dre.pt>**Contactos:****Correio electrónico:** dre@incm.pt**Linha azul:** 808 200 110**Fax:** 21 394 5750
